

ANTROPOLOGIA E PODER: CONTRIBUIÇÕES DE ERIC WOLF

*Gustavo Lins Ribeiro
e Bela Feldman-Bianco*

Este ensaio examina a trajetória intelectual de Eric R. Wolf (1923-1999) no cenário da antropologia americana da segunda metade do século XX. Exponente de uma linhagem de antropólogos da esquerda americana, Wolf se propôs o desafio de desvendar as interseções entre cultura, poder e economia política. Combinando perspectivas históricas e comparativas com um profundo humanismo, realizou pesquisas pioneiras em Porto Rico, México e Europa que em muito contribuíram para a compreensão das complexidades subjacentes à vida rural, à formação do estado-nação, ao nacionalismo, à etnicidade e ao sistema capitalista mundial. Se inicialmente privilegiou o estudo das assim chamadas “sociedades complexas”, na década de 1970, motivado por sua militância contra a guerra do Vietnã, se voltou para a análise da gênese e expansão das forças do sistema mundial. Autor de obra coerente, procurou reformular o marxismo através da antropologia e a antropologia através do marxismo.

Eric R. Wolf (1923-1999) é leitura obrigatória para estudiosos da política ou do campesinato e para todos interessados em etnografias do capitalismo.¹ Representante de uma linhagem de antropólogos da esquerda americana, propôs-se o desafio de revelar as interseções entre cultura, poder e economia política. Através de abordagens comparativas que privilegiam a história econômica e cultural, processos, interconexões e interstícios sociais, procurou desvendar os meandros do poder e as formas de dominação, no contexto da expansão do capitalismo. Suas pesquisas pioneiras, realizadas em Porto Rico, México e Europa, contribuíram para retratar as complexidades culturais, econômicas e políticas subjacentes à vida rural, à formação do estado-nação, ao nacionalismo, à etnicidade e ao sistema capitalista mundial. Eric Wolf produziu uma obra coerente que, progressivamente, abarcou cenários cada vez mais complexos, e notabilizou-se, em última instância, por expor sistematicamente a “história do presente como uma história do poder” (Ghani 1995: 32).

Muitas de suas problemáticas de pesquisa provêm de inquietações provocadas por circunstâncias históricas que moldaram a sua própria tra-

¹ Este texto foi elaborado como introdução à coletânea *Antropologia e Poder: Contribuições de Eric Wolf*, organizada por Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro (São Paulo e Brasília, Editora da Universidade de Brasília e Editora da Unicamp, no prelo). Agradecemos a leitura cuidadosa e os comentários críticos de Emília Viotti da Costa a uma versão anterior deste texto. Nos beneficiamos também das discussões realizadas por alunos de graduação e pós-graduação de dois cursos ministrados por Bela Feldman-Bianco na Unicamp sobre a obra de Eric Wolf.

jetória pessoal, informaram o seu engajamento político e a sua sensibilidade face às situações diferenciadas de classe, etnia e nacionalidade. Nascido na Áustria, suas contribuições para a antropologia do poder relacionam-se a uma experiência de vida marcada pela emergência do nazismo, por guerras e migrações forçadas. Dessa vivência emergiu uma visão da antropologia como “modo de conhecimento” que possibilita a busca incessante por uma explicação engajada do mundo, uma disciplina que, por distinguir-se ao mesmo tempo enquanto ciência e uma forma de humanismo, une as ciências sociais e as humanidades. Para ele, a antropologia nunca foi sobre trivialidades – sua tarefa principal consiste em decifrar as complexidades, as heterogeneidades e as desigualdades do mundo moderno.

Wolf iniciou sua carreira em meados da década de 1940 em um período de mudanças e diversificação das perspectivas teóricas e das áreas de estudo na antropologia que se fazia nos Estados Unidos. Com a expansão dos interesses internacionais norte-americanos no pós-guerra e o influxo de novas verbas, antropólogos dos Estados Unidos, até então especializados em sociedades consideradas “primitivas” e prioritariamente envolvidos em pesquisas sobre índios americanos, passaram cada vez mais a focalizar sua atenção sobre populações rurais ou às margens das aglomerações urbanas em novas áreas geográficas, em escala global (Murphy 1976: 6). Wolf não fugiu à regra e embarcou no estudo das assim chamadas “sociedades complexas”. Frente ao essencialismo e à rigidez conceitual de estudos que persistiam em tratar “comunidades” e “culturas” enquanto totalidades distintas, homogêneas, estáveis e atemporais, dispôs-se a elucidar as complexidades, heterogeneidades e a fluência dos processos políticos, econômicos e sociais através do tempo. Influenciado pelos trabalhos de Alexander Lesser, Julian Steward e Norbert Elias, privilegiou um enfoque relacional, com ênfase nas interações e interconexões sociais que emergem de fontes de poder e hegemonia (Schneider 1995).

A prática antropológica de Eric Wolf é marcada por uma constante crítica à naturalização e essencialização de conceitos, em especial aos pressupostos holísticos imanentes ao conceito boasiano de cultura – magnificados nos estudos sobre caráter nacional liderados por Ruth Benedict. Foi igualmente crítico da noção atemporal e homogênea de *sociedade folk* elaborada por Robert Redfield para a análise do campesinato. Em sua trajetória, sempre historicizou os conceitos e procurou explicações na fluência dos processos sociais e, por conseguinte, nos desdobramentos das formas sociais (Friedman 1987). Suas críticas aos essencialismos de todos os quilates, à rigidez conceitual que atribui coerência, estabilidade e fronteiras nítidas aos fenômenos sociais, antecipam, de certa forma e “com uma linguagem diferente”, a crítica pós-moderna (Yengoyan 2001: ix).

Se Wolf inicialmente privilegiou o estudo das “sociedades complexas”, na década de 1970 distanciou-se, no seu dizer, de uma “perspectiva quase arquitetural” a elas relacionada, “para pensar mais sistematicamente sobre a gênese e expansão das forças do sistema mundial” (Wolf 2001: 9). No decorrer dessa reflexão, desenvolveu uma leitura própria e sólida do marxismo, elaborando um quadro de referência, empírico e teórico, que dá prioridade ao seu caráter histórico processual. Dessa forma, procurou reformular o marxismo através da antropologia e a antropologia através do marxismo.

Essas reformulações refletem seu marxismo e socialismo heterodoxos. Wolf conviveu com o socialismo durante sua infância em Viena (1923-33) e em um campo de concentração para homens de fala alemã na Inglaterra (1940). Fez parte de um *Left Book Club* durante sua graduação em *Queens College* (Nova Iorque) e, desde os seus primeiros anos de pós-graduação na *Columbia University* (1946-1951), foi ativo em um grupo formado, dentre outros, por Sidney Mintz, Morton Fried, Elman Service, Stanley Diamond e Robert Manners, que nutria “simpatia pela esquerda política” (Wolf 2001: 4). Posteriormente, militou contra a guerra do Vietnã (1959-1975) e foi membro de um grupo de acadêmicos da esquerda mundial, que incluía nomes como os de Paul Sweezy, Hamza Alavi, Andre Gunder Frank, Maurice Godelier e Eric J. Hobsbawm e que se reunia em torno da *Monthly Review Press*, em Nova Iorque.

Sua obra, um contínuo diálogo crítico com a antropologia, encontra-se em treze livros, seis de autoria individual, e em uma centena de artigos, boa parte traduzida para o espanhol, francês, italiano e alemão. Não obstante o amplo escopo de suas contribuições, até a década de 1980 foi especialmente conhecido por seus estudos sobre campesinato. Seu clássico *Peasants* (1966), publicado em 1970 no Brasil sob o título *Sociedade Camponesa*, foi traduzido para oito idiomas (espanhol, japonês, húngaro, sueco, dinamarquês, francês, indonésio e português). Embora em seu primeiro livro – *Sons of the Shaking Earth* [Filhos da Terra que Treme] (1973 [1959]) – já tivesse realizado uma análise do poder colonial e do desenvolvimento do nacionalismo no contexto de uma história do México, antropólogos da política somente começaram a se dar conta da relevância de suas análises após a publicação de *Peasant Wars of the Twentieth Century* [Guerras Camponesas do Século XX] (1969) (Vincent 1990).² Após o lançamento, em 1982, de seu outro clássico, o monumental *Europe and the People without History* [Europa e a Gente sem História] (1982), no qual se antecipa a análises contemporâneas sobre globalização, seu nome ficou também associado aos estudos que focalizam o sistema capitalista mundial. Este volume foi traduzido para alemão, esloveno, espanhol, italiano e hún-

² A edição desse livro na Inglaterra em 1974, à época à vanguarda da antropologia política, constituiu um índice dessa “descoberta”.

garo. Em seu último livro, *Envisioning Power: Ideologies of Domination and Crisis* [Visualizando o Poder: Ideologias de Dominação e Crise] (1999), Eric Wolf voltou-se, uma vez mais, ao desafio que se propôs no início de sua carreira e que permeia toda a sua obra: entender a relação entre cultura e poder.

Universalista, formado na tradição boasiana dos quatro campos da antropologia, Wolf sempre se manifestou a favor de grandes esquemas explicativos. Durante as últimas décadas, exerceu papel proeminente nos debates antropológicos que eclodiram nos Estados Unidos. Sua militância ativa contra a guerra do Vietnã o levou a desenvolver perspectivas cada vez mais críticas em relação à política da antropologia norte-americana e a uma atuação crucial no Comitê de Ética da Associação Americana de Antropologia, entre 1969 e 1970. Posteriormente, em 1980, seu polêmico artigo, sugestivamente intitulado “They Divide and Subdivide, and Call it Anthropology” [Eles Dividem e Subdividem e lhe Dão o Nome de Antropologia], publicado no *The New York Times*, polarizou a reunião da Associação Americana de Antropologia daquele ano. Nesse posicionamento crítico, conclamou os antropólogos a realizarem “análises sistemáticas sobre o mundo moderno, com ênfase nos processos de poder que criaram os sistemas culturais contemporâneos e as relações entre os mesmos” (Ghani 1995: 33).

As perspectivas antropológicas de Wolf influenciaram diferentes gerações de antropólogos – não só nos Estados Unidos, mas também na América Latina e na Europa. No Brasil, onde, em 1970, saiu a primeira tradução de *Peasants*, seus trabalhos são mais conhecidos em círculos de antropólogos interessados em questões agrárias. Com este ensaio, visamos salientar a amplitude de sua obra.

Trajetórias e interlocuções – abrindo o leque: os anos de formação (1946-1951), início da busca da complexidade

No cenário americano, Eric Wolf faz parte de uma geração de antropólogos treinados por Julian Steward durante sua breve, mas marcante, passagem na *Columbia University* no período pós-guerra (1947-1951). Dentre seus colegas, destacam-se nomes como os de Elman Service, Marvin Harris, Marshall Sahlins, Morton Fried, Robert Manners, Robert Murphy, Sidney Mintz e Stanley Diamond – todos filhos de imigrantes que, como ele, saíram de escolas públicas e usufruíram da possibilidade de realizar estudos de pós-graduação graças a subsídios governamentais destinados aos veteranos da segunda guerra mundial.³ Indubitavelmente, uma geração que se distinguia

³ Wolf lutou na segunda guerra mundial como sargento da Décima Divisão Montanhosa do Exército Americano, nos Alpes italianos, onde foi ferido.

dos antigos discípulos de Franz Boas, em termos de origem social, gênero e experiências de vida.

Mas em 1946, quando Wolf ingressou no programa de doutoramento em antropologia, a influência de Boas se fazia bastante presente. Ruth Benedict, sua famosa discípula, liderava um programa de pesquisas sobre culturas à distância iniciado durante a segunda guerra mundial, com ênfase no estudo do “caráter nacional” de países inimigos e aliados dos Estados Unidos.⁴ Com seu foco no delineamento de “regularidades nos padrões de cultura e na estrutura do caráter dos membros de uma cultura” (Mead 1953, citado em Metraux 1980: 362), esse programa era essencialmente um desdobramento dos estudos de “cultura e personalidade” para a análise de culturas nacionais. A chegada de Julian Steward representava tendência oposta. Para além de questionar “totalidades” *a priori* assumidas e se dispor a entender as estruturas em termos relacionais, sua “ecologia cultural” salientava a necessidade de entender o significado da inserção do trabalho – isto é, das relações sociais de produção – no tecido societário. Para a geração de Wolf, em sua maioria militantes ou simpatizantes da esquerda política, que não só haviam aprendido “a tirania das privações” nos anos da grande depressão, mas também que “o poder e a legitimidade vêm dos canhões” (Murphy 1990: 334), essas perspectivas exerceram maior atração. Não por acaso, vieram a contribuir para a produção de um realismo mundano na antropologia (Murphy 1990: 334).

Além de sua presença institucionalizar os debates entre culturalistas e evolucionistas, reiniciados em 1946 por Robert Lowie e Leslie White, Julian Steward representava novas tendências da antropologia. Em conformidade com a política do pós-guerra, defendia os assim chamados “estudos de área”. Em 1942, quando ainda no Smithsonian, havia elaborado um programa de pesquisas com o objetivo inicial de classificar uma variedade de tipos de comunidades nas terras altas do Peru e que culminou na organização de sete volumes do *Handbook of South American Indians* [Manual de Índios Sul-Americanos], publicados entre 1946 e 1959 – ainda hoje considerados uma referência valiosa para os estudiosos de populações indígenas desse continente.

Na Columbia, Steward desenvolveu um outro projeto pioneiro, dessa vez sobre Porto Rico, para o qual convidou estudantes de pós-graduação,

⁴ O objetivo central desse programa, que contou com a participação de Margareth Mead, Gregory Bateson, Jeffrey Gorer e Rhoda Metraux, dentre outros, era o de colocar a antropologia a serviço dos esforços de guerra, no sentido de produzir estudos sobre culturas nacionais que resultariam em recomendações para manter a moral alta dos Estados Unidos durante o conflito (Metraux 1980). Dentre as publicações que resultaram desse programa, a mais popular foi, sem dúvida alguma, *O Crisântemo e a Espada: Padrões da Cultura Japonesa*, de Ruth Benedict, publicado originalmente em 1946 e cuja tradução para o português foi lançada em 1972 pela Perspectiva. Sobre esse programa, consultar Mead (1953), Metraux (1980), Neiburg e Goldman (1998).

entre os quais Eric Wolf e seu colega Sidney Mintz. Tratava-se de um projeto conjunto entre as universidades de Columbia e de Chicago, financiado pelo *Social Science Research Council* e pela Fundação Rockefeller. Primorosamente planejada, a pesquisa, realizada entre fevereiro de 1948 e agosto de 1949, contou também com a participação de Robert Manners, Raymond Scheele – ambos da Columbia – John Murra e Elena Padilla – de Chicago – dentre outros. Um seminário preparatório, realizado na Universidade de Columbia, focalizou a história cultural, demografia e estatística, a indústria açucareira e outras atividades econômicas, estrutura social, relações raciais, políticas americanas e ideologias. O estado-nação foi escolhido como unidade de estudo, enquanto localidade, região e estado proporcionaram as dimensões internas do projeto. Atenção especial foi dada à seleção das comunidades, realizada a partir de pesquisa preliminar sobre diferenças de produção, tamanho, uso e propriedade da terra (Vincent 1990: 296-297). Privilegiar o estado-nação enquanto unidade de estudo (Steward e outros 1956: 6) era coerente com o objetivo de estimular o desenvolvimento de uma antropologia capaz de contribuir para o estudo de sociedades e nações contemporâneas. A ênfase na soberania nacional contrapunha-se ao culturalismo dos estudos de caráter nacional e foi motivada pela existência de fronteiras territoriais demarcadas, bem como de um governo central e de um conjunto de leis que produzem regularidades nas funções de instituições nacionais (Steward e outros 1956: 6). Ao considerar que o mundo contemporâneo havia se tornado integrado, Steward concebeu uma perspectiva centrada em “níveis de desenvolvimento sociocultural” para o estudo das “sociedades complexas”. Com a finalidade de analisar a integração do local dentro do nacional, abordou as comunidades locais como “subculturas” dentro de uma cultura nacional maior (Roseberry 1995: 53).

Os resultados desse programa de pesquisas foram publicados em *The People of Puerto Rico* [A Gente de Porto Rico] (Steward e outros 1956), que é considerado o “texto fundador de uma antropologia preocupada com os efeitos do mundo mais amplo sobre as pessoas [vivendo] ao nível local” (Roseberry 1995: 53).⁵ É igualmente tido como referência obrigatória por seus aportes para o estudo das relações local-nacional (Vincent 1990). Mas, como nota Silverman (1981: 61), muito embora Steward tivesse desenvolvido as diretrizes iniciais desse programa de pesquisas sobre Porto Rico, seus colaboradores – particularmente Eric Wolf e Sidney Mintz – realizaram seus estudos de caso “de uma forma não antecipada e talvez não totalmente por ele compreendida”. Roseberry (1995: 61) indica que nessa publicação

⁵ Como ainda salienta Roseberry (1995), uma certa interpretação errônea tende a vincular os textos dessa coletânea ao trabalho de Wallerstein (1974) e, conseqüentemente, acaba por ignorar o desafio intelectual que os mesmos representaram à época.

coexistem duas orientações diversas. De um lado, de acordo com os preceitos de sua ecologia cultural, Steward deu prioridade à análise das adaptações locais e dos vários níveis de integração a um todo “nacional”. Por outro lado, Wolf e Mintz optaram por levar em conta as complexas relações entre a história local, a diferenciação da experiência colonial e a importância das reações e adaptações às instituições coloniais (Steward e outros 1956). Dessa perspectiva, foram capazes de perceber que a comunidade retém muito de sua organização original e que, ao mesmo tempo, novas configurações sub-culturais emergem em resposta aos desenvolvimentos históricos internacionais e mudanças nas formas institucionais (Roseberry 1995: 54). Esse enfoque centrado em uma “história cultural” progressivamente se diferenciara da “ecologia cultural”. Assim, enquanto Steward centrou seu projeto comparativo no paradigma da evolução multilinear, Wolf e Mintz dedicariam cada vez mais atenção à interação entre história local e relações históricas ao nível global.

Tendo em vista que à época o cenário americano era dominado pela “caça” frenética de McCarthy aos comunistas e que, por conseguinte, qualquer referência ao marxismo era absolutamente inviável, essa “ecologia cultural” com sua ênfase na evolução multilinear mostrava-se como uma alternativa para a geração de Wolf. Eleanor Leacock observa que, no final dos anos 40, bem como na década de 1950, “inúmeras questões evolucionistas foram temas de pesquisas de doutoramento de estudantes interessados no marxismo e em atividades políticas daqueles tempos. Entretanto, não era ainda possível para eles identificarem-se, em publicações profissionais, como sendo adeptos do enfoque marxista” (Leacock 1982: 251-252, citado em Vincent 1990: 228-229). O próprio Wolf relembra, em entrevista concedida a Jonathan Friedman (1987: 109), que, em finais da segunda guerra mundial e no início dos anos 50,

todos nós éramos uma variação de algum tipo de vermelho. Alguns de nós tínhamos sido, em algum momento, membros ativos “do Partido”. Outros eram da Quarta ou da Terceira Internacional. Acho que este era um dos elos fortes entre nós... um guizado marxista mas não necessariamente comprometido com uma linha partidária particular. Sid Mintz e eu costumávamos participar das passeatas do Primeiro de Maio. Eleanor Leacock aparecia com suas crianças. Agentes do FBI estavam ocupados o tempo todo, tirando fotos. (...) Mas o macartismo rapidamente mudou tudo (Friedman 1987: 109).

Interessados em análises materialistas, Eric Wolf, Sidney Mintz, Stanley Diamond, Elman Service e Morton Fried, dentre outros, formaram um grupo de estudos, que denominaram de *Mundiana Upheaval Society* [Sociedade de Sublevação Mundial] (Friedman 1987). Desse grupo, Morton Fried, Elman Service, e ainda Marshall Sahlins, que à época também estudava na Columbia, convergiram para o neo-evolucionismo (Cooper e Stoler 1997; Roseberry

1978 e Vincent 1990).⁶ Mas, para Wolf, muito embora o projeto de pesquisas sobre Porto Rico tivesse sido inicialmente organizado em termos eco-evolucionários, “rapidamente a dimensão histórica mostrou-se crucial, já que não se podia falar de ecologia sem considerar os processos políticos e econômicos envolvidos em situações históricas específicas” (Friedman 1987: 110). Wolf manteve séria interlocução com os neo-evolucionistas e dedicou especial atenção à ecologia em suas pesquisas, mas revelou sentir ambivalência em relação a esse enfoque, devido à sua simplificação, à sua negligência no que se refere ao manancial das relações sociais, e principalmente ao perigo “de se tornar uma espécie de teoria de modernização da evolução, (conclamando que quanto) mais energia, mais progresso, mais ciência” (Friedman 1987: 109). As crescentes diferenças de abordagens, marcadas por divergências de cunho político, culminaram com seu afastamento de Steward, ainda em 1955, quando este, no âmbito de um projeto de pesquisas sobre “regularidades culturais” que dirigia na Universidade de Illinois, do qual Wolf também participava, dá uma guinada a-histórica e se torna um dos expoentes da teoria de modernização (Friedman 1987: 110). Devido a essas divergências, Wolf abandona o projeto, deixa a Universidade de Illinois, onde lecionava desde 1952 por convite do próprio Steward, e dirige-se à Universidade de Virginia.

No entanto, foram grandes as influências de Steward. As noções de “níveis de integração” e de “segmentos socioculturais horizontais” – agrupamentos que transcendem o nível local por suas relações com outros níveis de integração, em especial o nacional – em Eric Wolf (2001b [1956]) transformam-se em “grupos orientados para a nação”. Na década de 1950, Wolf também tomou de empréstimo de Steward o interesse por construir “tipos”, isto é, abstrações “construídas em torno de um núcleo cultural formado pela ‘interdependência funcional de traços numa relação estrutural’ (Steward 1955: 6)” (Wolf 2001: 193). A influência de Steward é perceptível, ainda, no uso de concepções como crescimento multilinear ou culturas parciais e na intenção de explicar a “interação dinâmica entre comunidade e nação” (2001: 147-148).

As diferenças entre o neo-evolucionismo e a história cultural tornam-se mais claras no contexto dos recorrentes debates entre culturalismo e materialismo que perpassam a antropologia americana. Sahlins, em *Cultura e Razão Prática* (1976), expôs eloqüentemente esses debates, mas deixou de esclarecer que esses posicionamentos assinalavam, em situações históricas específicas, ideologias diferentes e mesmo antagônicas. Assim, o neo-evolucionismo, que não por acaso ressurgiu no período macartista e teve seu

⁶ Deve-se notar que Service e Sahlins foram também fortemente influenciados por Leslie White, quando ainda estudantes de graduação na Universidade de Michigan. Service, assim como John Murra, aluno da Universidade de Chicago, combateu na guerra civil espanhola. Sahlins só rompeu com o neo-evolucionismo e se converteu ao estruturalismo na década de 1960, no contexto de sua atuação militante contra a guerra do Vietnã (Sahlins 2000).

apogeu na década de 1960, representava a vertente da antropologia politicamente engajada na esquerda americana que contestava o liberalismo boasiano – especialmente a faceta da “cultura e personalidade”, com sua ênfase na educação do indivíduo. Mas, sugestivamente, no contexto dos protestos contra a guerra do Vietnã, do reflorescimento do marxismo no cenário americano e de aguerridos debates entre marxistas que reformularam o próprio marxismo, ao passo que o neo-evolucionismo foi paulatinamente descartado, a “história cultural” começou a aglutinar, principalmente em torno de Wolf, novas gerações de antropólogos de esquerda, que se interessavam cada vez mais por perspectivas histórico-processualistas e sua potencialidade de inter-relacionar cultura e economia política. Com sua ênfase em cultura e poder, essa “história cultural” atingiu seu ápice na década de 1980, quando Wolf – com *Europe and the People without History* (1982) – e Mintz – com *Sweetness and Power* [Doçura e Poder] (1985) – trouxeram “de modos diferentes, a Europa e suas populações colonizadas, bem como a formação da classe operária na Europa, de volta à história” (Cooper e Stoler 1997: 16). Desse posicionamento, questionaram tanto o culturalismo de Clifford Geertz quanto a fragmentação da antropologia pós-moderna.

Os anos de pesquisa no México: colonialismo, estado-nação, nação e campesinato

Certamente, como nota Vincent (1990: 299), “a consistência da visão de Wolf sobre cultura, sociedade camponesa e interdependência política vem de sua pesquisa em Porto Rico, fundamentada na dialética entre plantações e camponeses”. Em uma época na qual carreiras acadêmicas eram progressivamente baseadas no domínio de *area studies* (estudos de uma região do mundo), chama a atenção que Wolf tivesse se tornado um especialista em Meso-América e não em Caribe, como o seu colega e amigo Sidney W. Mintz, com quem compartilhou a experiência da pesquisa de campo de doutorado, sob a orientação de Julian Steward. De fato, em 1951-52, anos que se seguiram ao seu doutoramento, Wolf volta-se ao México, e inicia um período de trabalho que o transformaria em referência obrigatória para estudos sobre a América Latina e sobre o campesinato.

No contexto de um projeto sobre formação da nação, Wolf estabelece no México novas e duradouras interlocuções com pesquisadores e intelectuais mexicanos, muitos dos quais se tornaram referências freqüentes no seu trabalho, como o etnólogo Gonzalo Aguirre Beltrán, e tiveram um papel central na construção da sua visão. Nesta época, Wolf se aproxima igualmente de veteranos da guerra civil espanhola que viviam e trabalhavam no México, como o arquiteto e historiador da arte Pedro Armillas e o antropólogo

catalão Ángel Palerm, estudioso da arqueologia mexicana e um dos fundadores da antropologia contemporânea daquele país. Wolf passou a manter uma longa relação profissional e de amizade com Palerm, com quem compartilhava ideais socialistas. Ao mesmo tempo, continuou seu profícuo diálogo e colaboração com Sidney Mintz, que prosseguiu suas pesquisas no Caribe sobre o proletariado rural.

Na década de 1950, Wolf começa a se firmar como figura de proa nos estudos sobre políticas do campesinato. A concepção de *sociedade folk* de Robert Redfield (1941) foi um marco da análise antropológica sobre camponeses. Redfield, influenciado por Durkheim, Tönnies e Sumner, e com base em pesquisa realizada em Yucatán, em seus esforços para caracterizar a *sociedade folk* deu ênfase à desorganização da cultura em decorrência da expansão da civilização (Redfield 1941). Julian Steward refutou o caráter descritivo da interpretação de Redfield e sua falta de explanação causal, mas os desafios mais contundentes a esse paradigma culturalista foram desfechados por Wolf e Mintz.⁷ Em última análise, ambos, com suas perspectivas sobre camponeses e proletários agrícolas, reorientaram a pesquisa de um foco sobre a *sociedade folk* para um sobre a *sociedade agrária* (Silverman 1981, Vincent 1990).

Num período marcado por sucessivos esforços de sintetizar o conhecimento através de taxonomias, Wolf e Mintz, separadamente ou em colaboração, publicaram uma série de ensaios tipológicos sobre a sociedade agrária. Diferentemente da classificação feita por Steward, que salientava as regularidades nos modos através dos quais populações culturalmente distintas vivenciam tipos similares de mudanças e processos no curso da evolução sociocultural ou modernização, Wolf e Mintz destacaram as diversidades locais e os modos *diferentes* através dos quais pressões coloniais e pós-coloniais foram vivenciadas em contextos marcados por uma economia mundial de desenvolvimento desigual (Roseberry 1995: 56).

Há um certo consenso de que, dentre as várias tentativas de se classificar os camponeses da América Latina (Wagley e Harris 1955, Wolf 2001a [1955], Adams 1956), a concebida por Wolf se destaca por ser ao mesmo tempo a “mais delimitada e a mais ambiciosa” (Vincent 1990: 368).⁸ Nessa tipologia, publicada originalmente em 1955 no *American Anthropologist*, sob o título “Types of Latin American Peasantry: a Preliminary Discussion” [Tipos de Campesinato na América Latina: uma discussão preliminar] e reeditada em *Selected Papers from the American Anthropologist 1947-1970* (Murphy 1976), o

⁷ Mintz critica Redfield, em sua tese de doutoramento, intitulada *Cañamelar: the Contemporary Culture of a Rural Puerto Rican Proletariat* (1951). Ver também Mintz (1953).

⁸ A tipologia de Wagley e Harris não apresentava substrato teórico. Índios, camponeses e moradores da cidade foram analisados enquanto categorias separadas. Adams, por outro lado, embora tenha focalizado a questão da classe, enfatizou a estabilidade política.

intuito era redirecionar a pesquisa de um foco meramente culturalista para a análise das similaridades e dissimilaridades de estrutura. Influenciado pela importância dos grupos corporados, definida por Meyer Fortes, Wolf levou em consideração as distinções existentes entre produção de subsistência, produção de mercadorias e produção capitalista, assim como suas inter-relações. Ao invés da caracterização genérica do campesinato então em voga, Wolf optou por uma caracterização restrita de camponês. Assim, definiu o camponês como o produtor agrícola que retém o controle efetivo de sua terra e que almeja à subsistência, ao invés de reinvestimento. Além do mais, considerando – como Redfield e Steward – que o próprio termo campesinato indica uma relação estrutural, salientou, ainda sob a influência de Steward, que os diversos segmentos camponeses devem ser vislumbrados como culturas parciais, relacionadas com um todo maior. Nesse sentido, postulou que, à medida que o campesinato se integra a um todo sociocultural por meio da estrutura da comunidade, torna-se crucial incluir, na delimitação dos tipos de camponeses, os tipos de comunidade em que vivem.

Ao tratar os segmentos camponeses como culturas parciais, Wolf estava se contrapondo aos estudos que examinavam os assim chamados “primitivos” enquanto culturas autônomas. Ao examinar o impacto de fatores externos sobre culturas locais preexistentes, enfatizou que os diferentes tipos de campesinato foram gerados por forças que se articulavam às diferentes relações entre campo e cidade dentro do estado-nação, cuja existência está inserida em um mercado mundial em expansão, que é o motor da integração entre os níveis local, regional, nacional e internacional.

Nesse cenário, Wolf, baseado em dados etnográficos, introduziu as noções de *comunidades corporadas* e *comunidades abertas*. Ambas são decorrentes de interconexões históricas dos camponeses com o colonialismo e o capitalismo, diferindo no entanto em seu grau de envolvimento com os mercados e sistemas político-econômicos mais amplos. Assim, a *comunidade corporada fechada* – descrita freqüentemente na etnografia da América Latina – está relacionada com as inserções das formas pré-hispânicas em um mundo dominado por uma potência colonial. Já a *comunidade aberta* – exemplificada pelo seu estudo sobre camponeses na região cafeeira de Porto Rico – emerge como resposta à demanda por produtos comercializados no contexto do desenvolvimento do capitalismo na Europa. Segundo ele, essa *comunidade aberta* representa uma ramificação de um tipo de sociedade criada “por colonizadores que trouxeram para o Novo Mundo padrões de produção e consumo que desde o início os envolveram em relações com o mercado externo” (2001a [1955]: 206). Nessa perspectiva, contesta qualquer possibilidade de leitura evolucionista entre esses dois tipos. Ao contrário, ao salientar que ambos os tipos podem ser respostas alternativas às mudanças

do mercado externo, chama a atenção para a imprescindibilidade de análises históricas dos processos sociais.

Essa tipologia já contém algumas das contribuições de Wolf sobre a relação local/supralocal, bem como sobre a análise da heterogeneidade do capitalismo. Em certa medida, antecipa a discussão antropológica sobre a globalização que realizará posteriormente em *Europe and the People without History* (1982). Camponeses e populações indígenas, como quaisquer outros tipos de população humana, devem ser sempre entendidos em relação uns aos outros.

Muito embora Wolf tivesse delineado outros cinco segmentos camponeses, não pôde caracterizá-los em profundidade em virtude da ausência de dados etnográficos. Mal compreendido à época, foi criticado por ter simplificado as variações das vidas camponesas em apenas dois tipos. Como as noções de *comunidades corporadas fechadas* e de *comunidades abertas* mostraram-se cruciais nas discussões sobre campesinato, publicou trinta anos depois, em 1986, um ensaio sobre as suas “vicissitudes”, no qual admitiu que “as interpretações exageradamente generalistas dos anos 50 necessitam ser qualificadas por maiores variações, tanto no espaço geográfico quanto no tempo histórico” (2001i [1986]: 163).⁹ Apontou, entretanto, para um problema ainda mais sério: a confusão entre mecanismos de nivelamento e redistribuição que, ao seu ver, impediu uma melhor compreensão da natureza dos conflitos internos e dos arranjos desiguais de poder nas comunidades corporadas (2001i [1986]: 164).

Plantations e *haciendas* completaram o conjunto de tipos, “complexos de relações que são variáveis historicamente” (Friedman 1987: 111), necessários para compreender as formas de organizar a vida no meio rural (Wolf e Mintz 1957, Wolf 2001d [1959]). As relações de trabalho e o uso dos excedentes produzidos constituem as variáveis nestas distinções. As *plantations* do antigo estilo utilizam trabalho cativo e mantêm o controle da reprodução de sua força de trabalho, dando espaço para a emergência de relações patrono-cliente, como forma de diferenciar os trabalhadores e manter a sua dominação pelo proprietário. As *plantations* do novo estilo são empreendimentos que usam o trabalho assalariado, sendo que o destino de sua força de trabalho não lhes diz respeito. Como decorrência, levam à emergência de uma “subcultura proletária” que, na ausência das relações patrono-cliente, transforma-se no modo preferencial da organização da solidariedade. Já as fazendas – que são sempre designadas por Wolf de *haciendas* – são consideradas como postos avançados do capitalismo, baseados na repressão e na extração extremada de excedentes da força de trabalho. As *haciendas* atravessaram três fases, não obedecendo necessariamente a uma seqüência his-

⁹ Trata-se de “The Vicissitudes of the Closed Corporate Peasant Community”, publicado originalmente no *American Ethnologist* (1986) e reeditado em *Pathways of Power* (2001).

tórica, a saber: quando elas dominam a estrutura econômica, social e política das zonas rurais; quando há estabilização e coexistência com outras formas de se organizar a produção; e, por último, quando se dá a dissolução do sistema. O fim de sua hegemonia é provocado basicamente pela entrada de formas capitalistas industriais e pela ampliação da vida urbana em suas regiões. Essas três fases também correspondem a três “etapas do desenvolvimento do protesto rural”, que incluem a resistência de pequenos proprietários, em geral indígenas com suas roças de subsistência, as demandas sindicais e, finalmente, as invasões e tomadas de terras das fazendas e os movimentos por novas condições de trabalho.

Todos esses tipos, incluindo as *comunidades camponesas corporadas fechadas*, foram analisados por Wolf no contexto do sistema capitalista em expansão e através de enfoques que privilegiam o estudo de processos sociais de longa duração. Dessa perspectiva, se contrapôs às reificações das análises antropológicas baseadas no assim chamado “presente etnográfico”. Seu clássico *Peasants* (1966) constitui uma síntese de seus estudos sobre os camponeses.¹⁰ Posteriormente, no contexto de sua militância contra a guerra do Vietnã, publicaria um estudo transatlântico comparativo sobre as guerras camponesas que, muito apropriadamente, se intitula *Peasant Wars of the Twentieth Century* (1969).

Sem dúvida, Wolf foi um dos primeiros a examinar a dimensão política e econômica do campesinato e suas relações com o estado e a nação.¹¹ Seu interesse por essas temáticas foi em grande parte suscitado por suas experiências de vida, marcadas pela exposição a múltiplas faces de nacionalismos exacerbados, especialmente a perseguição anti-semita, o nazismo e os conflitos interétnicos que presenciou na região de fronteira das línguas tcheca e alemã em que viveu (Friedman 1987). Suas críticas ferrenhas aos paradigmas culturalistas de Ruth Benedict, de cujo programa de pesquisas sobre “culturas à distância” havia participado quando ainda estudante, foram, sem dúvida, motivadas por essas experiências pessoais (Friedman 1987).

Seus primeiros artigos sobre a nação ou o estado-nação, publicados ainda na década de 1950, como “La Formación de la Nación: un Ensayo de Formulación” [A Formação da Nação: um Ensaio de Formulação] (1953), “The Virgin of Guadalupe: a Mexican National Symbol” [A Virgem de Guadalupe: Símbolo Nacional Mexicano] (1958) e “Aspects of Group Relations in a Complex Society: Mexico” [Aspectos das Relações de Grupos em uma Sociedade Complexa: México] (2001b [1956]), foram concebidos em reação aos pressu-

¹⁰ O título da tradução brasileira, *Sociedade Camponesa*, não expressa corretamente o enfoque de Wolf, que privilegiou o estudo de camponeses e não o de “sociedades” camponesas.

¹¹ Como nota Vincent (1990: 292), antropólogos começaram a dedicar maior atenção às problemáticas referentes ao nacionalismo e ao estado somente após seu confronto com a “outra parte da sociedade camponesa – o setor urbano, comercial e dominante”.

postos dos estudos sobre “caráter nacional”. Suas questões contrastam de forma radical com as de Benedict, especialmente porque, como o próprio Wolf afirmou: “Eu estava interessado em como as coisas mudam e ela em como as coisas se mantêm” (Ghani 1987: 357). É importante assinalar que essa emergente preocupação em entender *como a sociedade se transforma*, ao invés de *como a sociedade se mantém*, perpassava a antropologia da época, devido à penetração do capitalismo em áreas dantes consideradas isoladas e que constituíam, até então, o campo de estudos dos antropólogos. Em contraposição à ênfase prevaiente em modelos e normas ideais, o confronto com processos de mudança social necessariamente demandou o desenvolvimento de novos paradigmas teórico-metodológicos capazes de captar a complexidade e a fluidez dos processos sociais, bem como as ações, interações e os interstícios sociais, a partir de um foco nas “sociedades complexas”. Nesse contexto, a abordagem de Wolf distinguiu-se por suas tentativas em explicar as relações entre a economia política e a heterogeneidade dos processos sociais a partir de uma história de longa duração.

Para além das influências de Steward, Wolf beneficiou-se dos preceitos de Alexander Lesser, um discípulo de Boas e figura importante da vertente antropológica de esquerda que sistematicamente criticou o sincronismo na antropologia, advertindo que “a historicidade não é um fim em si, como também não é um meio, mas uma condição que precisa ser reconhecida em cada etapa” (Lesser 1933: 336, citado em Vincent 1990: 192). A aversão de Lesser às abstrações de tempo e espaço o levou, sob influência da antropologia britânica, à análise de campos sociais, “como tipo de redes, redes de conexões” (Vincent 1990: 194).¹² Já o trabalho de Norbert Elias exerceu impacto sobre o pensamento de Wolf, desde quando o ouviu pela primeira vez, aos 17 anos, em um ciclo de palestras, em um campo de concentração na Inglaterra, sobre “A Rede de Relações Sociais” e “Monopólios do Poder”. Esta influência é notável em especial no que concerne à substituição de conceitos estáticos por modelos processuais que possibilitam o entendimento do fluxo das relações sociais. Como ele mesmo relembra,

Um dia, um certo Prof. Elias, desenhando linhas e cruzeiros num papel sujo que servia de quadro negro, falou sobre como uma pessoa nasce no mundo, não como um indivíduo primitivo e isolado, mas como um nexos em uma rede social. Era uma idéia simples, mas mudou minha forma de pensar sobre fenômenos sociais (Wolf 1977: 30).

Algumas dessas perspectivas já estão presentes em “La Formación de la Nación: un Ensayo de Formulación”. Nesse artigo, publicado originalmente em espanhol, em 1953, com base em trabalhos desenvolvidos ainda quando

¹² Para uma análise das perspectivas antropológicas desenvolvidas pela antropologia inglesa, especialmente pela “escola de Manchester”, liderada por Max Gluckman, ver Feldman-Bianco (1987).

estudante de pós-graduação e que lhe forneceram subsídios para a formulação de seus projetos de pós-doutoramento sobre a formação da nação e o desenvolvimento do nacionalismo no México, Wolf argumenta que as nações são produtos de longo processo histórico e, portanto, não “nascem prontas”. A partir de uma abordagem histórico-materialista, constrói um “tipo” de nação, fundamentando-se no processo de formação das nações capitalistas européias da costa atlântica que conseguiram considerável unidade interna antes de 1850. Antecipando-se aos debates marxistas das décadas de 1960 e 1970, bem como aos seus próprios argumentos sobre o modo tributário de produção (Schneider 1995, Wolf 1982), prioriza os aspectos que deixaram de ser levados em conta nas análises sobre “caráter nacional”, especialmente a ecologia – isto é, a relação entre tecnologia e ambiente –, a estrutura social e o “caráter da aculturação” – idéia então em voga que, como explicita em introdução escrita posteriormente, utilizou por falta de familiaridade à época com o conceito de hegemonia. Com seu foco nos “monopólios de poder”, discerne os processos de consolidação da riqueza e do poder durante diferentes fases da formação da nação, com especial destaque aos tipos, meios, alcance, e resistências à “aculturação interna” ou hegemonia. Mostra que os membros de uma nação participam de maneira diferenciada “nas relações comuns históricas e funcionais da ecologia, estruturação social e aculturação”, enfatizando que essas relações são culturalmente moldadas e representadas por meio de símbolos. Em sua crítica ao psicologismo dos estudos de caráter nacional, sugere que o desenvolvimento e a influência desses símbolos só podem ser entendidos no contexto de uma análise que leve também em consideração a malha das relações concretas.

Wolf realizaria esse tipo de análise alguns anos mais tarde, em “The Virgin of Guadalupe: a Mexican National Symbol”, outro dos seus artigos clássicos. Publicado originalmente em 1958, esse artigo antecipa, em certa medida, a noção de “comunidade imaginada” (Anderson 1983). Desafiando a idéia de um “caráter nacional” mexicano, examina esse “símbolo mestre” enquanto conjunto de referentes heterogêneos extraídos de várias tradições de etnicidade, de classe e de região, discernindo seus diferentes significados no contexto de uma ampla gama de relações sociais. O artigo mostra como a Virgem de Guadalupe, ancorada em dois sistemas religiosos poderosos, com mitologias e cosmologias diferenciadas, foi historicamente apropriada de diversas maneiras por diferentes segmentos da sociedade mexicana. Condensando um sistema de significados multifacetados, uma fusão de elementos pré-hispânicos e cristãos, esse símbolo nacional estabelece a ligação entre família, política e religião, entre o passado colonial e o presente independente, indígena e mexicano. Sua transformação em uma representação coletiva da sociedade mexicana indica como certos fenômenos simbólicos geram uma neutralização das diferenças, proporcionando um idioma cultural

nacional por meio do qual a substância das relações sociais e as emoções que geram podem se expressar. Dessa forma, e talvez paradoxalmente, ao desconstruir esse símbolo, acaba por fornecer pistas para se entender como o “caráter nacional” mexicano foi produzido.

Já em “Aspects of Group Relations in a Complex Society: Mexico”, mais um de seus artigos clássicos, publicado em 1956, Wolf apresenta sugestões relevantes para a operacionalização de pesquisas capazes de captar as relações de poder no âmbito do estado-nação. Em um momento marcado por questionamentos sobre a escolha de unidades de estudo e de metodologias apropriadas para a investigação das “sociedades complexas”, propõe aos antropólogos que dediquem maior atenção às relações entre os diversos grupos que atuam em diferentes níveis da sociedade e, em especial, ao papel de intermediários econômicos e políticos na junção das relações entre nação e comunidade. Mostra como uma sociedade organizada nacionalmente deve ser entendida como uma malha de relações entre atores das instituições nacionais e aqueles das comunidades locais. A partir dessa abordagem, ao invés do foco até então prevalente na organização interna das comunidades, Wolf prefere tratá-las enquanto “terminais locais de uma rede de relações de grupos que se estende, através de níveis intermediários, do nível da comunidade ao da nação” (2001b [1956]: 125). Com base em sua pesquisa sobre o México, examina os posicionamentos diversos dos grupos que atuam ao nível da nação e dos que atuam ao nível da comunidade, por ele denominados, respectivamente, de grupos orientados para a nação e grupos orientados para a comunidade. Destaca os conflitos e contradições que permearam os modos pelos quais esses grupos se organizaram e se reorganizaram em torno dos principais eixos econômicos e políticos da sociedade mexicana, indicando como cada reorganização resultou em mudanças na configuração das relações entre esses dois grupos e, nesse contexto, na tendência recorrente de as novas relações contribuírem para a reconstrução de formas culturais tradicionais.

Nesse jogo de tensões e contradições entre detentores do poder a nível nacional e local, identifica os intermediários, isto é, “indivíduos capazes de atuar em termos de expectativas tanto orientadas para a comunidade quanto para a nação” (2001b [1956]: 133). Tal identificação permite que os antropólogos façam observações diretas sobre as interações entre o nível local e os outros, pois os “intermediários controlam as articulações ou sinapses cruciais das relações que ligam o sistema local ao todo mais amplo” (2001b [1956]: 138).¹³ Essa posição de intermediário constitui uma instância de poder que pode facilitar a mobilidade social desses indivíduos e que pode ser utilizada

¹³ A palavra “intermediário” é uma tradução do inglês *broker*, que também significa corretor. Certamente, a idéia de corretagem deixa ver mais claramente os benefícios passíveis de serem acumulados pela intermediação enquanto prática social.

tanto em prol de benefícios pessoais quanto para atender a sua comunidade ou, ainda, a interesses externos.

Essas estratégias de pesquisa, que também seriam paralelamente desenvolvidas por antropólogos britânicos, como os da “escola de Manchester” (Schwarcz, Turner e Tuden 1966, Schwarcz 1967), mostraram-se fundamentais para o estudo da antropologia da política e, em especial, da política ao nível local e suas articulações em rede. Essa convergência de estratégias implicaria no estabelecimento de diálogos entre Wolf e representantes dessa vertente da teoria da ação, bem como na publicação de um artigo de sua autoria, o igualmente clássico “Kinship, Friendship and Patron-Client Relations in a Complex Society” [Parentesco, Amizade e Relações Patrono-Cliente em uma Sociedade Complexa], na coletânea *The Social Anthropology of Complex Societies* [A Antropologia Social das Sociedades Complexas] (2001e [1966]), organizada por Michael Banton, um discípulo de Max Gluckman. Nele, de modo similar ao britânico S. F. Nadel (1987 [1956]), para quem a contribuição antropológica à análise das sociedades complexas reside na competência em estudar “os espaços intersticiais, isto é, as relações interpessoais entre os seres humanos que compõem a sociedade e as interações diárias e comunicações através das quais as instituições, associações ou a maquinaria legal operam” (em Feldman-Bianco 1987: 69), Wolf enfatizou que o antropólogo tem “uma licença profissional para estudar tais estruturas intersticiais, suplementares e paralelas [também denominadas de estruturas informais] (...) e para expor suas relações com as principais instituições estratégicas dominantes” (2001e [1966]: 167-168).

Assim, vislumbra relações sociais, como as de parentesco, em função da capacitação dos agentes sociais para manejar recursos sociais e naturais, acumulando poder, o que, por sua vez, possibilita capacidades diferenciadas de “manobra social”. Ao analisar a amizade em termos de amizades expressivas e instrumentais, elabora também a noção de “panelinha” para interpretar os interstícios construídos internamente às “grandes burocracias” e que possibilitam que os agentes sociais escapem do fechamento total realizado pelas instituições burocráticas. Para ele, as “panelinhas” são atravessadas pela eficácia da amizade instrumental, que visa a aumentar a previsibilidade do ambiente de trabalho e gerar alianças contra surpresas negativas. É a existência de “estruturas suplementares” que torna possível o funcionamento das grandes instituições. Wolf conclui que se pode ganhar uma perspectiva interessante sobre grandes organizações “se as encararmos como organizações destinadas a suprir as panelinhas que contêm, em lugar de as vermos da maneira oposta, visualizando a panelinha como servidora da burocracia que lhe deu nascimento” (2001e [1966]: 179).

Mas, como nota Vincent, os paradigmas de Wolf são muito mais abrangentes do que os da teoria da ação, já que ele “focaliza as forças processuais,

ao invés da atividade ou formas políticas (...) O que se torna crítico para Wolf é se a ação observada é traduzida em termos culturais, raciais ou psicológicos, ou se é um epifenômeno de processos históricos. O dilema é antigo: todos os homens moldam sua história mas não em seus próprios termos” (Vincent 1990: 370).

Essas perspectivas abrangentes marcam o seu primeiro livro, *Sons of the Shaking Earth* (1973 [1959]), resultado da pesquisa que havia iniciado no início da década de 1950, na região de Bajío – centro do movimento da independência do México –, no qual analisa a história daquele país desde o período pré-colombiano, atravessando o poder colonial e a formação da nação mexicana. No seu dizer, essa publicação é resultado de seu envolvimento pessoal com a Meso-América (Wolf 1973 [1959]: vii), talvez porque, durante o processo de pesquisa tenha se aproximado de um “grupo de intelectuais mexicanos que estudavam como *lo mexicano* estava sendo definido e uma nova identidade mexicana formando-se – questão não apenas acadêmica, mas de urgência política” (Wolf 2001: 6). Desse grupo, Pedro Armillas, Gonzalo Aguirre Beltrán e, sobretudo, Ángel Palerm tornaram-se seus interlocutores ao longo dos anos, devido a afinidades acadêmicas e políticas.¹⁴ Essas interlocuções e experiências de pesquisa no México em muito contribuíram para o alargamento do escopo de sua antropologia, especialmente reforçando a sua atenção aos processos de longa duração, inclusive em escala arqueológica, que se revelaram cruciais para compreender o presente.

No prefácio de *Sons of the Shaking Earth*, Wolf (1973 [1959]: vii) adverte que está “escrevendo como cientista” sobre uma área do mundo, a Meso-América, e que os capítulos tratarão da sua geografia, biologia, variedade lingüística, expansão cultural pré-histórica e dos “ritmos alterados do seu crescimento após o impacto da conquista estrangeira”. Em nenhum outro trabalho aplica tão claramente uma interpretação baseada nos quatro campos da antropologia boasiana (antropologia física, arqueologia, lingüística e antropologia cultural). Mas foi devido a um incidente durante o trabalho de campo no estado de Guanajuato que optou por se concentrar em “pesquisa em arquivo para definir a interação entre centro e periferia na história do Bajío” (Wolf 2001: 6). Embora não tivesse recebido educação formal em pesquisa histórica, essa opção possibilitou-lhe entender a formação das instituições mexicanas e suas contradições, bem como os paradoxos que permearam os processos sociais no México. Seu foco na história colonial de longa duração traz à tona as diferenças entre os colonialismos e os processos de

¹⁴ Os trabalhos de Karl Wittfogel sobre a formação do estado (Wittfogel 1957), que Wolf também havia lido, e de V. Gordon Childe marcaram a forma de Ángel Palerm interpretar a civilização meso-americana. Palerm e Wolf publicaram juntos vários artigos e o livro *Agricultura y Civilización en Mesoamérica* (1972). Wolf escreveu dois artigos em homenagem póstuma ao amigo e “irmão mais velho” (1986, 1998) e um obituário para o *American Anthropologist* (1981). Sobre a obra de Ángel Palerm, veja-se García Acosta (2000).

independência na América Latina em relação aos de outras regiões, como os ocorridos na África no século XX, constituindo-se num desafio “ao provincianismo e à contemporaneidade da antropologia política das novas nações” do século XX (Vincent 1990: 367). O último capítulo do livro é dedicado aos “buscadores de poder”, temática que seria um eixo de toda sua vida intelectual.

O impacto da guerra do Vietnã: do nacionalismo camponês nos Alpes à história comparativa das guerras camponesas

Prosseguindo seu interesse nas relações entre nacionalismo e campesinato, Wolf volta-se no início da década de 1960 ao estudo comparativo de conflitos étnicos nos Alpes italianos, do qual resultaria *The Hidden Frontier: Ecology and Ethnicity in an Alpine Valley* [A Fronteira Escondida: Ecologia e Etnicidade em um Vale Alpino], em co-autoria com John W. Cole, um de seus estudantes que também havia realizado trabalho de campo na região (Wolf e Cole 1974). Em entrevista a Ashraf Ghani, Wolf esclareceu que esse estudo teve

como pano de fundo a pesquisa de campo sobre a formação da nacionalidade mexicana. O *Hidden Frontier* tem a mesma preocupação, uma questão que estava ausente no livro de Porto Rico, que não se preocupou “com o que faz de Porto Rico Porto Rico” (...) Há muito que falar da herança espanhola, mas o livro não focalizou a identidade de Porto Rico. Penso que estou, em última análise, interessado em como essas identidades são criadas. O processo de criar nacionais de elementos heterogêneos é um problema antropológico interessante (Ghani 1987: 364).

Wolf e Cole analisam os processos de construção simbólica de identidades culturais distintas em duas aldeias vizinhas situadas na região de fronteira italo-germânica do vale alpino. Segundo os autores, ambas as aldeias compartilham adaptações ecológicas bastante semelhantes no que tange ao seu ambiente montanhoso. Entretanto, na germânica São Félix, como em outras tantas comunidades tirolezas de povoamento disperso basicamente formadas por camponeses autônomos, os habitantes orgulham-se de seu *status* de *Bauern* (lavradores, camponeses). Por sua vez, na românica Tret – exemplar das povoações nonesas, demograficamente concentradas e subordinadas à jurisprudência de uma cidade –, seus habitantes são discretos no que diz respeito ao seu *status* camponês e, portanto, em se identificarem como *contadini*. Enquanto em São Félix existe uma propensão a manter a propriedade indivisível através da transmissão do espólio ao filho mais velho, em Tret a herança tende a ser partilhada igualmente entre filhos e filhas. Considerando que as diferenciações nos padrões de povoamento, organização política e estrutura social não são atemporais, mas sim resultado de com-

plexos e milenares processos econômicos, sociais, políticos e ideológicos, Wolf e Cole optam por expor em detalhe como as distinções entre tiroleses e noneses foram construídas e mantidas ao longo do tempo. Demonstram como o desenvolvimento dos estados, o colapso do império austro-húngaro, as duas guerras mundiais, os movimentos nacionalistas do pós-guerra, bem como outros eventos políticos tiveram impacto na manutenção de diferenças na vida cotidiana dos habitantes das duas aldeias e, por conseguinte, na construção da alteridade entre tiroleses e noneses.

Como Yengoyan (2001: viii) observou, muito embora Wolf e Cole tivessem utilizado neste livro conceitos da década de 1960 – como os de “ecologia” e “etnicidade” – não seria difícil retomar a análise “em termos de economia política, intervenção do estado e relação dinâmica entre cultura e classe”. Mas, acima de tudo, eles anteciparam uma questão atual e que se refere às delimitações artificiais de limites e fronteiras. Demonstraram que as fronteiras não são estáticas e atemporais mas sim construídas e reconstruídas no bojo de complexos processos sociais e da formação social total. Nessa discussão, examinaram como as diferenças identitárias “são representadas em eventos, ações e instituições que são minimamente opostas e contrastantes” (Yengoyan 2001: ix). Wolf sintetizou esse trabalho, em seu “Peasant Nationalism in an Alpine Valley” [Nacionalismo Camponês em um Vale dos Alpes] (2001m). Retomaria ainda essas questões em 1988, em “Ethnicity and Nationhood” [Etnicidade e Nacionalidade], no qual, baseando-se na noção de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson e a partir de uma perspectiva comparativa, advoga, mais uma vez, sobre a necessidade de se pensar a cultura em termos menos essencialistas e mais relacionais.

Uma perspectiva comparativa também norteou seu *Peasant Wars of the Twentieth Century*, no qual se propôs a compreender historicamente a natureza da resistência camponesa tanto local como globalmente. Publicado em 1969, o livro é resultado direto de sua crescente militância contra a guerra do Vietnã e de seu envolvimento com o movimento *teach-in*, tática inventada por Marshall Sahlins em 1965 e de cuja operacionalização e planejamento Wolf participou ativamente. O *teach-in* foi formulado como alternativa a uma insatisfatória greve que havia sido deflagrada na Universidade de Michigan em oposição à guerra, onde Sahlins e Wolf à época lecionavam. Esta forma de protesto basicamente consistia em “ao invés de fazer greve e convidar os estudantes para reuniões fora da universidade, (...) dar aulas noite e dia tomando o Vietnã como tópico de ensino” (Wolf 1965: 1094).¹⁵ Essa estratégia

¹⁵ O primeiro *teach-in*, sob a liderança de um grupo docente formado por antropólogos, sociólogos, psicólogos e filósofos, contou com cerca de 3500 participantes em um evento que varou a noite e, segundo Wolf, “terminou como uma espécie de movimento de massas onde as pessoas se levantavam e expressavam suas reações à iniciativa. Tudo isto tinha um caráter tipicamente americano, de reunião Quaker, onde as pessoas se levantam e falam do que está passando em suas almas” (1965: 1097).

de grande impacto, pois dos *campi* universitários saíram muitos recrutas, recebeu apoio da administração daquela universidade, congregou pessoas das mais diversas tendências políticas e rapidamente se alastrou por mais de cem universidades norte-americanas, chegando a Washington e atraindo a grande imprensa. No contexto desses eventos, nos quais freqüentemente discorria para auditórios lotados sobre as exigências da vida camponesa (Schneider 1995: 5), Wolf, a partir de pesquisa documental sobre o caso vietnamita, então uma questão prioritária, mas mal conhecida nos Estados Unidos, progressivamente expande seus horizontes para uma perspectiva cada vez mais global e desdobra sua análise histórica para incluir, além do Vietnã, grupos rurais e suas coalizões mais amplas que apoiaram revoluções em cinco outros países, a saber: México, Rússia, China, Argélia e Cuba. Em seu apaixonado prefácio ao livro, escreve:

Notadamente isolada de outros continentes e suas tribulações em virtude de sua posição geográfica e de sua prosperidade extraordinária, no século XX, a América se encontra mal preparada para entender os sobressaltos que agora sacodem as nações pobres do mundo. Mas a ignorância corteja o desastre. O Vietnã se transformou em um cemitério porque os norte-americanos não sabiam muito, ou pouco se importavam, sobre uma parte pouco conhecida do Sudeste asiático. (...) Se precisamos saber mais para viver em um mundo em mudança, se precisamos saber mais para atuar com certeza e razão e não com preconceito, sendo humanos e não desumanos, com sabedoria e não com loucura, todos nós temos que realizar a tarefa de compreender para aprender e aprender para compreender. Esta não é uma tarefa apenas para o especialista acadêmico, se é que algum dia foi apenas dele, é uma obrigação da cidadania (1973 [1959]: xiii, xiv).

“Ao invés de apresentar seus sujeitos como baluartes românticos da justiça social” (Schneider 1995: 5), Wolf examina as guerras camponesas no contexto de suas histórias regionais específicas, discernindo assim as particularidades de suas formações culturais e sociais. Mostra como as diferentes respostas camponesas, continuidade da “tradição” ou mudanças e ajustes, são explicitamente relacionadas à difusão mundial de um “sistema cultural particular, o capitalismo do Atlântico Norte” (Wolf 1973 [1959]: 276), e à transformação dos “camponeses em agentes de forças maiores do que eles mesmos, produzidas por um passado desordenado tanto quanto por um presente desordenado” (Wolf 1973 [1959]: 301).

As relações entre permanência e mudança são localizadas em processos contraditórios e de andamento desigual, que causam impactos em diferentes grupos e regiões, criando novas oportunidades, ossificando antigas, deslocando grupos detentores de poder, forjando outros. As mudanças são uma constante na vida social e nos sistemas culturais que podem suportá-las dentro de “limites toleráveis” (Wolf 1973 [1959]: 296), além dos quais os

sistemas tornam-se progressivamente incoerentes, criando situações dolorosas onde os homens têm que se posicionar frente aos dilemas trazidos pelo novo e o velho, dilemas que podem conviver em ritmos e tempos diferentes. Nessa análise, Wolf reforça a necessidade de a antropologia desenvolver uma sensibilidade para as “realidades do poder”; incorpora a noção de “poder tático” (Wolf 1973 [1959]: 290) de Richard Adams (1966: 3), isto é, “o controle que um segmento mantém sobre o meio-ambiente de outro segmento”; enfatiza a importância do estudo dos grupos que mediam a relação entre camponeses e a sociedade mais abrangente; e abre o leque para uma visão cada vez mais global. Várias destas preocupações já estavam presentes, em maior ou menor grau, em diversos artigos anteriormente publicados e seriam continuamente por ele revisitadas e reelaboradas até a publicação de *Envisioning Power* (1999), seu último livro.

Para além de expandir seus horizontes em direção a uma abordagem cada vez mais global, a participação ativa no movimento contra a guerra do Vietnã levou-o a desenvolver perspectivas cada vez mais críticas sobre a presumida inocência da antropologia. Em entrevista a Ashraf Ghani relembra que

a experiência do Vietnã – e, na seqüência, outros tipos de eventos – demonstraram a todos que havia uma conexão que não era apenas entre cultura e poder, mas também no modo como um observador se engaja com toda a questão. Entrei na antropologia quando ela ainda era inocente. Nos anos 70, vimos que dificuldades, complexidades e culpas tinham se acumulado. Acho que isto provavelmente é parte do mal-estar da antropologia. Algo que não é facilmente destrinchado (Ghani 1987: 353).

O ambiente político-intelectual gerado em torno da guerra e seu ativismo levaram-no a aprofundar a crítica à antropologia americana. Presidente do Comitê de Ética da Associação Americana de Antropologia (1969-1970), foi um crítico rigoroso do envolvimento de antropólogos norte-americanos em atividades contra-revolucionárias na Tailândia. Em um artigo com Joseph C. Jorgensen, originalmente publicado em 1970, no *The New York Review of Books*, além de se manifestar contra o uso das ciências sociais no Sudeste asiático pelo governo americano, inclui um inventário de várias atividades que uniam interesses ilícitos norte-americanos e a pesquisa universitária. Os autores concluem: “A época da antropologia ingênua terminou. Não é mais suficiente coletar informações concernentes a povos pouco conhecidos e impotentes. É preciso, igualmente, conhecer as utilizações possíveis destes conhecimentos” (Wolf e Jorgensen 1975: 83).¹⁶

¹⁶ Wolf manifestou suas posições políticas em ações cotidianas em contextos diversos. Sua defesa do ensino público nos EUA, por exemplo, expressava-se claramente na sua docência no Herbert H. Lehman College, uma faculdade da Universidade da Cidade de Nova Iorque, localizada no bairro pobre do Bronx, onde lecionou cursos de graduação para muitos filhos de imigrantes, de 1971 a 1992.

Certamente, as idéias de Eric Wolf renderam poderosos *insights* para todos aqueles interessados no estudo das “sociedades complexas”, especialmente na análise de instituições políticas e econômicas. No decorrer de quase três décadas, dos anos 50 ao começo dos 80, seu interesse em combinar antropologia e história, em entender como “unidades sociais de menor escala passam a fazer parte de totalidades sociais maiores” (Ribeiro 1985: 259), foi se tornando cada vez mais complexo e erudito, até culminar em *Europe and the People without History* (1982), para muitos a sua grande obra. Este livro, também fortemente influenciado por sua militância contra a guerra do Vietnã, além de sintetizar o período iniciado na década de 1950 com os seus estudos sobre campesinato, sinaliza uma mudança: da ênfase nas “sociedades complexas” em direção a uma análise da gênese e expansão das forças do sistema mundial. Enquanto a marcante experiência com os *teach-in* levou Marshall Sahlins a descartar o neo-evolucionismo e a voltar-se, sob a influência do estruturalismo de Lévi-Strauss, à análise de “eventos significativos” (Sahlins 2000), Wolf, no contexto dessa mesma experiência política, iria incorporar e redefinir o conceito marxista de modo de produção, cujo uso lhe havia sido sugerido pelo próprio Sahlins para os seus estudos sobre campesinato (Friedman 1987). Mas se Sahlins (1976) iria reavaliar o marxismo a partir do estruturalismo, Wolf se preocuparia em utilizar a antropologia para redefinir o marxismo e ao mesmo tempo o marxismo para redefinir a antropologia.

A história antropológica global de Eric R. Wolf: redefinições do marxismo e da antropologia

O projeto intelectual e teórico de *Europe and the People without History* (1982), desenvolvido por Wolf na Universidade da Cidade de Nova Iorque – CUNY, era realizar uma história antropológica do mundo e já se deixava entrever em diversos trabalhos anteriores, como no seu livro *Anthropology* (1964).¹⁷ Mas é em seu artigo “The Mills of Inequality: a Marxian Approach” [Os Moinhos da Desigualdade: uma Abordagem Marxiana], elaborado inicialmente em 1978, mas publicado em 1981, onde o enfoque teórico do livro é antecipado com maior clareza (Wolf 2001g [1981]). Nele, Wolf sintetiza os fundamentos da sua visão marxista, que chama de marxiana, e inspira-se fortemente, em seu embasamento teórico e metodológico, no Marx dos *Grundrisen* e de *O Capital*. É igualmente visível a influência do marxismo estrutural francês. Aqui, o conceito central é o de modo de produção. Wolf não apenas sintetiza os princípios básicos do pensamento marxista, mas também os aperfeiçoa, resumindo os diferentes modos de produção em três: capitalista, tributário

¹⁷ Eric Wolf esteve vinculado à CUNY, de 1971 até a sua morte. Foi *distinguished professor*, de 1971 a 1992, e emérito, de 1992 a 1999.

(termo que toma de empréstimo de Samir Amin) e o modo ordenado por parentesco. Especialmente em se tratando do “modo ordenado por parentesco”, sente-se o cruzamento fértil entre o marxista heterodoxo e o antropólogo:

parentesco é uma maneira de fazer com que o trabalho social se incumba da transformação da natureza por meio de apelos a “filiação”, “casamento”, “consangüinidade”, ou “afinidade”. Dito de forma simples, o trabalho social encontra-se “preso” em relações particulares entre pessoas. Ele só pode ser mobilizado mediante o acesso às pessoas e esse acesso é definido simbolicamente. O que é feito libera o trabalho social; como é feito envolve definições “êmicas” sobre quem são parentes consangüíneos e afins. O parentesco envolve assim construtos simbólicos (“filiação”/“casamento”; “consangüinidade”/“afinidade”) que colocam os atores em relações sociais que permitem que se exija de outros partes do trabalho social, a fim de efetuar as transformações necessárias da natureza (Wolf 2001g [1981]: 349).

Deve-se notar que sua heterodoxia refletia-se, claramente, na recusa a qualquer tipo de teleologia. Em uma entrevista diria:

Acho que a abordagem de Marx é muito produtiva precisamente porque é um método para entender como certas relações dão forma ao meio ambiente, estruturando-o de maneira que, quaisquer que sejam as interações sociais que ocorram, têm de fazê-lo dentro dos canais estruturantes de que essas forças provêm. Isso é algo que eu acho que falta na antropologia como um todo e que é muito forte em Marx. Mas não estou certo de que a sua visão de que o proletariado iria criar uma nova consciência na sociedade seja utilizável diretamente. [Porquê?] Talvez seja devido ao fato de ele vir de um determinado tipo de filosofia alemã, isto é, que mesmo apesar de inverter Hegel, em Marx a noção de uma essência que se desdobra de determinadas maneiras na história é muito forte (Ribeiro 1985: 260-261).

Em “The Mills of Inequality” também foi firmado o princípio-guia de *Europe and the People without History*, segundo o qual os objetos tradicionais da antropologia só podem ser efetivamente comparados se colocados no seio da força em expansão que os torna legitimamente comparáveis: o capitalismo. E é justamente o conceito de modo de produção que permite solucionar a questão teórica presente no problema de como dar conta, comparativamente, da multiplicidade de experiências contidas internamente à expansão capitalista, sempre entendida de forma heterogênea.

Esse livro constitui uma demonstração inequívoca da abrangência do interesse e do conhecimento de Eric Wolf, que se estende, praticamente, a todas as áreas do mundo. Denso volume de quinhentas páginas, divide-se em três partes. A primeira, “Conexões”, resgata a antiga influência de um *paper* de Alexander Lesser (1961) sobre interconexões. Nela, dedica-se a uma discussão teórica, a uma crítica a diversas teorias de ciências sociais e à montagem do quadro – o mundo no século XV – onde a expansão européia se

realizaria. Em termos de uma contribuição original, que o distancia de obras como a de Immanuel Wallerstein (1974), está a discussão do conceito de modo de produção e a ênfase no impacto diferenciado da expansão capitalista. Na segunda parte, “À Procura da Riqueza”, o foco é a expansão mercantilista européia. A presença espanhola na América é um dos capítulos, juntamente com o comércio de peles na América do Norte, o comércio de escravos e a relação entre o mercantilismo e a conquista do Oriente. A terceira parte, “Capitalismo”, divide-se em capítulos sobre a revolução industrial, a crise e diferenciação no capitalismo, o movimento das mercadorias e os novos trabalhadores. Eric Wolf tem a capacidade de diferenciar diversas histórias locais e integrá-las no bojo de um sistema central que se constitui em sofisticadas e diversificadas relações de ordem econômica, política, social, cultural e ecológica.

Frise-se: para Wolf, o modo de produção capitalista é produtor, simultaneamente, de homogeneidades e heterogeneidades. Uma das noções que permite ancorar esta compreensão nas dinâmicas das muitas histórias locais é um construto antropológico-histórico: a noção de segmentação étnica do mercado de trabalho (1982: 379-381). Articulando seu conhecimento histórico e antropológico da formação do sistema mundial em escala de vários séculos, Wolf mostra claramente como as diversas necessidades de trabalho humano do sistema em expansão foram colocando juntas, em posições variantes, populações com características distintas. Em geral, os migrantes recém-ingressos no mercado de trabalho entram em posições inferiores. Em realidade, a noção de mercado de trabalho etnicamente segmentado pode ser entendida como uma noção sistêmica que, considerando como primordiais os processos migratórios provocados em escala global pela expansão capitalista, mostra como determinadas etnias ocupam posições que podem ser alteradas, para melhor ou para pior, com o decorrer do tempo. Ela também permite perceber que com o desenvolvimento do mundo capitalista a complexidade dos arranjos de segmentação étnica foi aumentando vertiginosamente, criando sistemas interétnicos com alteridades múltiplas.

Enquanto obra precursora das análises antropológicas sobre a globalização, o livro examina a formação do sistema mundial através do interesse de compreender a formação heterogênea do sistema a partir dos encontros diferenciados com as “pessoas sem história”, uma expressão evidentemente irônica. São claras as influências do marxismo estrutural (via a discussão sobre modo de produção), da necessidade de uma interpretação histórica de longa duração *à la* Fernand Braudel e do trabalho de Immanuel Wallerstein. Contudo, Wolf não deixa de ter uma posição crítica do trabalho de Louis Althusser, “depois de um certo ponto, abstrato demais para uma compreensão antropológica” (citado em Friedman 1987: 114), em especial de suas noções de ideologia e sujeito. É, igualmente, crítico de Wallerstein, cujo

modelo teórico e definição de capitalismo vê como problemáticos, pois desconsiderariam, por exemplo, as heterogeneidades geradas pela presença de estados e elites locais (citado em Friedman 1987: 114). Acrescenta: “pode ser simplesmente que as categorias marxistas, amplificadas para proletários, de tempo-parcial ou completo, meieiros, capitalistas mercantilistas, etc., sejam demasiado genéricas e uniformes para lidar com a realidade concreta” (citado em Friedman 1987: 114). Vê, ainda, um parentesco entre teorias do sistema mundial e a discussão difusionista clássica da antropologia (Friedman 1987: 113). Muito embora alguns críticos, como por exemplo Fernando Coronil (1995), salientem que sua abordagem tende a priorizar a metrópole em detrimento de sua periferia, não se pode negar seu caráter inovador, quanto mais não seja por proporcionar a compreensão dos modos específicos através dos quais o capitalismo em expansão afetou diferenciadamente as condições sociais e, em última análise, a vida das pessoas em distintos momentos históricos e lugares do globo.¹⁸

Europe and the People without History encerra uma fase da carreira de Wolf, cuja discussão central expõe os aspectos econômicos e políticos da expansão capitalista e o faz perceber a necessidade de “repensar o conceito de cultura” (1982: 387), especialmente relacionando-o à discussão sobre ideologia, noção muito mais sensível à distribuição desigual de poder. Estava já se delineando uma retomada mais profunda de antigas preocupações de Wolf sobre as relações entre cultura e poder, as quais viriam a se consolidar em seu *Envisioning Power: Ideologies of Dominance and Crisis* (1999). Antes, porém, Wolf entraria em um período onde vários conceitos fundamentais da antropologia seriam revisitados.

Revisitando os conceitos “cultura”, “sociedade” e “poder”: as contribuições de Eric Wolf para o estudo das relações entre cultura e poder

Genuinamente interessado em explicar o mundo em que vivemos, Wolf definiu, em “Facing Power: Old Insights, New Questions” [Encarando o Poder: Antigos *Insights*, Novas Questões] (2001k [1990]), o *métier* antropológico enquanto “um empreendimento cumulativo, bem como uma busca coletiva que avança em círculos de expansão, uma busca que depende das contribuições de cada um de nós e pelas quais somos todos responsáveis” (2001k [1990]: 397). Motivado por sua militância contra a guerra do Vietnã e seu envolvimento ativo em assuntos relacionados à responsabilidade social e ética

¹⁸ Críticas como a de Coronil têm como contexto a mudança de perspectivas metodológicas, de um foco anterior no colonizador para uma ênfase na constituição mútua do colonizador e colonizado. Para uma outra crítica contundente ao livro, ver Sahlins (2000: 425-470). Porém, como se evidencia no presente texto, não procede a interpretação segundo a qual Wolf era pouco sensível às heterogeneidades locais e aos hibridismos. Para uma contextualização da contribuição de Wolf e Mintz, ver Cooper e Stoler (1997: 16).

dos antropólogos, propôs-se a avaliar esse “empreendimento cumulativo” no contexto americano (Wolf 2001f [1969]). Constatando que a antropologia americana entre o século XIX e a primeira metade do século XX sistematicamente negligenciou a problemática do poder e, por conseguinte, chegou a um impasse, Wolf sugeriu que uma forma de sermos educados “nas realidades do poder” seria “nos engajarmos na produção sistemática de uma história do mundo moderno em que decifraríamos os processos de poder que criaram os atuais sistemas culturais e as ligações entre eles” (2001f [1969]: 21). Como vimos, ele próprio seguiu esses preceitos em *Europe and the People without History* e, com base nas idéias que nortearam esse livro, dedicou-se ao desafio de repensar conceitos básicos da antropologia, nomeadamente cultura, sociedade e poder.

Em consonância com a sua visão do ofício de antropólogo e seu emprego da teoria para explicar casos etnográficos ou históricos, repensou esses conceitos no contexto de seus desenvolvimentos históricos e nas formas em que foram utilizados por diferentes vertentes antropológicas. Subjacente a esse repensar, está implícita sua aversão ao uso de modelos e conceitos enquanto representações fixas e estáticas. Em “Inventing Society” [Inventando a Sociedade] (2001j [1988]: 321) postula que os conceitos necessitam ser tratados essencialmente como um “kit de ferramentas”, através do qual podemos realizar revisões periódicas de “nosso estoque de idéias, como uma avaliação crítica do modo como formulamos e respondemos questões e das limitações que podemos trazer para essas tarefas”. Modelos e conceitos devem ser abordados essencialmente como procedimentos de descoberta que expõem e, ao mesmo tempo, colocam em questão os modos pelos quais conceituamos nossas unidades de investigação. Como afirma em “Facing Power”, não são “representações fixas e de aplicação universal” (2001k [1990]: 392).

Apesar de ter questionado sistematicamente o conceito boasiano de cultura e analisado a interação entre cultura e processos sociais, Wolf só se deteve em debater a idéia *per se* em dois de seus livros, respectivamente *Anthropology* (1964), no qual examina a trajetória intelectual e política do conceito, sob uma nítida influência de Norbert Elias, e *Envisioning Power* (Yengoyan 2001: xii). Mas antes da publicação deste último livro, revisitou o conceito em “Culture: Panacea or Problem?” [Cultura: Panacéia ou Problema?], sugerindo que o mesmo deve ser considerado apenas um ponto de partida para a pesquisa e que o seu valor metodológico é o de “procurar as conexões”, descobrir o que podem ser essas conexões e até mesmo se existe alguma conexão. Inspirando-se em Alfred Kroeber, contrapõe-se aos que tratam as sociedades e culturas como “dados, integrados por alguma essência interna, mola mestre organizacional ou plano mestre”, e enfatiza que “os conjuntos culturais – e conjuntos de conjuntos – estão continuamente em construção, desconstrução e reconstrução, sob o impacto de múltiplos

processos que operam sobre amplos campos de conexões culturais e sociais” (2001h [1984]: 313).¹⁹ Pondera que esses múltiplos processos (ecológicos, econômicos, sociais e políticos) e suas conexões estão embasados em pensamento e comunicação, e opta por utilizar as distinções feitas por Lowie (1937) entre “cultura da realidade” e “cultura do valor” – isto é, entre atividades práticas e as significações conferidas a essas atividades. Com seu foco em processos interacionais que emergem das fontes de poder e hegemonia, propõe que “a atividade mediante a qual tais significações se encaixam com a práxis que significam é criação de ideologia” (2001h [1984]: 313). Salienta que, na medida em que o processo de comunicação implica também em questões de poder, essas construções e reconstruções de conjuntos culturais “abrangem também a construção e destruição de ideologias” que ocorrem dentro de campos históricos mais amplos (2001h [1984]: 314). Com base nas interpretações desenvolvidas em *Europe and the People without History* – especificamente na sua redefinição do modo de produção marxista – mostra como esses campos de relações mais amplos são moldados pelo funcionamento da mobilização do trabalho social e por conflitos gerados por esses modos que, em última análise, desempenham um papel crucial na criação e destruição da ideologia. Recomenda, assim, que os antropólogos reconsiderem e reformulem seus entendimentos sobre o conceito, pois, segundo ele, muito do que chamam de cultura é de fato “‘ideologia em produção’, ‘racionalização’, criada para conferir à existência prática da vida cotidiana um direcionamento imaginário, uma resolução fictícia” (2001h [1984]: 318). Essas inter-relações entre cultura, ideologia e poder serão mais uma vez desenvolvidas e reelaboradas em *Envisioning Power*.

Yengoyan (2001) observou que Wolf foi crítico do conceito romântico de cultura, não somente devido à sua homogeneidade e atemporalidade, mas também por sua reduzida valia para a identificação das estruturas de poder, já que é o poder que permite às pessoas reivindicar o que elas são e o que controlam. Seu reconhecimento de que as origens do poder são um fenômeno social, de certo modo fez com que privilegiasse o conceito de sociedade sobre o de cultura e com que se aproximasse da antropologia britânica,

¹⁹ Ainda em sua reação contra a demarcação de totalidades culturais homogêneas, explicita que “na maioria dos casos, as entidades estudadas pelos antropólogos devem seu desenvolvimento a processos que se originam fora delas e vão muito além delas, (...) devem sua cristalização a esses processos, participam deles e, por sua vez, os afetam. Todas as designações como ojibwa, iroquês, chippewa, assiniboin, crow, blackfoot, zulu e tswana tomaram forma dentro de um campo social e cultural amplo que incluía viajantes, cavalaria, traficantes de escravos, mercadores primitivos, jesuítas, agentes da *Hudson's Bay* e outros. As ‘cultunidades’ da antropologia – para usar o termo orwelliano de Raoul Naroll (1964) – não precederam a expansão do comércio e do capitalismo; elas surgiram e se diferenciaram no decorrer deles (Wolf 1982). Elas não se desenvolveram como sistemas independentes” (Wolf 2001h [1984]: 312). Da mesma forma, salienta em “Inventando a Sociedade” que bandos, tribos, reinos, estados “foram na verdade construídos durante a expansão capitalista mundial. Desse modo, passei a pensar os indígenas das planícies norte-americanas e os plantadores de ópio katchin como companheiros-participantes de processos que envolviam também os operários têxteis” (2001j [1988]: 322).

especialmente de Edmund Leach. Mas, muito embora dialogasse com antropólogos ingleses, sempre se manifestou contra seus modelos estáticos de estrutura social e teorias de equilíbrio (Yengoyan 2001).

Em "Inventing Society", Wolf reavalia criticamente esse conceito, tanto no que se refere à Sociedade em geral, com S maiúsculo, quanto à tendência entre cientistas sociais de enfocarem sociedades separadas como entidades estruturadas e delimitadas. Esse repensar inclui uma revisão do desenvolvimento do termo – dos preceitos de Aristóteles e de seus seguidores que tratam a comunidade política ou estado como ainda não separados da sociedade civil aos preceitos de Santo Agostinho que, após a separação entre estado e religião, descreveu a igreja como a verdadeira sociedade, e, finalmente, às várias formulações de sociedade civil enquanto uma entidade separada e distinta, essencialmente uma arena de interação dos direitos privados contra o estado. Com base em dados históricos e etnográficos, desconstrói o conceito, salientando que, na medida em que seu desenvolvimento histórico restringiu-se especificamente ao mundo ocidental, a sua formulação etnocêntrica impede a busca de um conhecimento mais amplo. Nesse sentido, contrapõe vários exemplos – na cristandade medieval, Islã e China, entre outros – de como "os fatos culturais e sociais não se apresentam em unidades em que o espaço social e o espaço geográfico coincidem e nas quais os grupos constituintes são ordenados e estratificados em camadas de uma arquitetura comum e abrangente" (2001j [1988]: 329). Sugere que, ao invés de se ater "às abstrações herdadas de nosso legado político-econômico", é necessário "inventar novos modos de pensar a heterogeneidade e a natureza transformativa dos arranjos humanos, e fazer isso ao mesmo tempo de forma científica e humanística" (2001j [1988]: 334).

Em *Envisioning Power: Ideologies of Domination and Crisis* (1999), com base em suas elaborações sobre "cultura", "sociedade" e poder, se coloca o desafio de entender as relações históricas entre idéias, poder e cultura, através da análise de três estudos de caso de sociedades que, embora muito diferentes entre si, são marcadas por expressões ideológicas extravagantes, como o *potlatch* entre os kwakiutl da Costa Noroeste do Pacífico, o sacrifício humano entre os aztecas do México pré-hispânico e, não por acaso, a mobilização para a guerra do nazismo. O livro é resultado de suas contínuas inquietações sobre os impasses que permeiam as ciências humanas e a antropologia em particular. No seu dizer: "se os antropólogos privilegiaram uma perspectiva da cultura sem poder, outros analistas sociais ofereceram um conceito de 'ideologia' sem cultura, tomando como dado as idéias das elites em defesa da dominação, sem levar em conta as especificidades das configurações culturais" (Wolf 1999: ix).

Se "The Mills of Inequality" (2001g [1981]) sintetizou os postulados teóricos que subjazem a *Europe and the People without History*, "Facing Power"

(2001k [1990]) fornece os subsídios para a interpretação de como a ideologia se entrelaça com o poder em torno das relações sociais fundamentais para a administração do controle social do trabalho. Wolf percebe a “cultura como a matéria-prima a partir da qual as ideologias são construídas e ganham influência (...) a ideologia seleciona do plano mais geral da cultura aquilo que lhe é mais adequado, o que pode atuar como marcas, símbolos ou emblemas de relações que se quer destacar” (citado em Ribeiro 1998: 156). As ideologias “sugerem esquemas unificados ou configurações desenvolvidas para subscrever ou manifestar poder” (Wolf 1999: 4).

Para entender como as ideologias tornam-se programas para o exercício da dominação, a análise do poder é central. Eric Wolf (1999: 4-5) concebe poder como “um aspecto de todas as relações entre as pessoas”, entendimento que tomou de Norbert Elias, para quem “equilíbrios mais ou menos flutuantes de poder constituem um elemento integrante de todas as relações humanas” e fazem parte de um jogo onde alguns parceiros podem sofrer perdas, outros acrescentar ganhos e até desenvolver monopólios de poder que “simultaneamente geram esforços para testar e desestabilizar estas posições preferenciais”. Pensar o poder em termos relacionais permite diferenciá-lo em quatro modalidades (Wolf 1999: 5). A primeira, individual, refere-se à “potência ou capacidade que é tida como inerente em um indivíduo”, um sentido nietzscheano de poder, bom para entender porque as pessoas se envolvem no jogo do poder mas não para entender o próprio jogo. A segunda, transacional, “manifesta-se nas interações e transações entre pessoas e refere-se à habilidade de um ego de impor seu desejo sobre um alter”, uma perspectiva weberiana que não considera a natureza das arenas onde as interações existem. A terceira é o “poder que controla os contextos nos quais as pessoas exibem suas capacidades e interagem com outras”, enfatizando os instrumentos que permitem que uns controlem as ações de outros. Wolf designa esta modalidade de poder tático ou organizacional. Por último, o poder estrutural, a quarta modalidade, isto é, “o poder manifesto em relações e que não opera apenas internamente aos contextos e domínios mas também organiza e orquestra os próprios contextos e especifica a direção e distribuição de fluxos de energia. Em termos marxianos, refere-se ao poder de distribuir e alocar trabalho social. É também a modalidade de poder com a qual Michel Foucault se preocupava quando falou de ‘governança’, significando o exercício da ‘ação sobre a ação’”.

A partir desse “*kit* de ferramentas”, examina os modos pelos quais as três sociedades selecionadas enfrentaram múltiplas tensões causadas por crises, fossem elas ecológicas, sociais, políticas ou psicológicas. Assim, enquanto a sociedade kwakiutl defrontou-se com o impacto dramático da penetração de uma nova economia política em suas relações de *status* e precedência, os tecnochoca do México pré-hispânico tiveram que lidar com mudanças

drásticas resultantes da rápida ascensão de um bando guerreiro ao controle do império. O nacional-socialismo alemão, por sua vez, surgiu no bojo da derrota da Alemanha na primeira guerra mundial e das mudanças políticas e crises econômicas que afetaram as relações sociais (Wolf 1999: 291). Em sua análise, Wolf discerne como, em cada uma dessas sociedades, a situação de crise favoreceu a ascensão de novos grupos que perpetuaram a sua dominação através do desenvolvimento de “ideologias de expressão extrema” que, invariavelmente enfocando a vida e a morte, entrelaçavam questões sobre o poder e as ações existenciais do cotidiano. Essas ideologias, formuladas a partir de materiais culturais preexistentes, consignam especialmente o poder estrutural que, enraizado na natureza do cosmos, controla a diferenciação, a mobilização e o desenvolvimento do trabalho. Com base em suas contínuas indagações sobre eventos cosmologicamente extraordinários e suas explicações sobre a gênese e a natureza, os donos do poder, sejam eles kwakiutl, tecnochoca ou nazistas, “adotaram o disfarce de seres supernaturais cuja intimidade com as fontes de vitalidade os capacitou a ordenar as forças de desenvolvimento e destruição que governam a sociedade” (Wolf 1999: 291).

Wolf revela os meandros da dominação. Mostra que, apesar de diferenças na lógica e forma cultural de suas ideologias, os donos do poder, em cada sociedade, exerceram controle sobre eventos políticos, rituais, cosmologias, e se valeram de materiais culturais preexistentes para a construção de imaginários que os projetaram como seres supernaturais. Com base em sua análise, pode-se inferir que as situações de crise oferecem condições para processos de concentração e o fortalecimento do poder, pois à medida que “as classes dominantes invocam explicações cosmológicas da natureza, qualquer desafio da parte das pessoas comuns pode ser avaliado como uma situação de crise e ser sistematicamente pulverizado” (Yengoyan 2001: xvi).

Nesse livro, mais do que em qualquer outro, Wolf confronta o conceito de cultura, admitindo a sua utilidade desde que abarque “as práticas e compreensões específicas que as pessoas delineiam e desenvolvem para lidar com as suas circunstâncias” (Wolf 1999: 288-289). A fim de inter-relacionar cultura e poder, aponta para a necessidade de tornar a sua formulação mais abrangente e flexível. Insiste que, ao invés de ser percebido como uma totalidade delimitada e homogênea, o conceito de cultura deve condensar as relações materiais, a organização da sociedade e as configurações das idéias. Assim, ao utilizar essa concepção, o analista poderá “captar o fluxo social padronizado em suas múltiplas dimensões interdependentes e avaliar como o poder dependente de idéias maneja esses fluxos através do tempo” (Wolf 1999: 289). Como essa reelaboração implica em apreender as heterogeneidades, variações e complexidades, Wolf indica, baseando-se em Anthony Wallace (1970), a importância de se entender a cultura enquanto a “organização da diversidade”. Devido ao seu interesse em “entender quem e o que

é organizado, por quais tipos de imperativos e em que nível”, bem como os “modos através dos quais esses imperativos organizatórios são orquestrados”, inter-relaciona o conceito de cultura com o de poder estrutural (Wolf 1999: 289-290). Segundo ele, enquanto o conceito de poder estrutural permite discernir como as distinções que segmentam uma população são manifestadas, a análise dos três estudos de caso sugere que essas distinções “são definidas e ancoradas em cosmologias específicas que simulam essas distinções enquanto atributos da ordem das coisas, tanto no sentido temporal quanto lógico” (Wolf 1999: 290). Esses aspectos da cosmologia, por sua vez, proporcionam a elaboração de ideologias que explicam e justificam o poder exercido pelas camadas dominantes sobre a sociedade.

Envisioning Power encerra as incessantes investigações de Eric Wolf sobre a origem, manutenção e transformação do poder e suas interconexões com a cultura. Suas sucessivas tentativas de explicar essas relações entre cultura e poder podem deixar dúvidas se, para ele, a cultura é derivativa das relações de poder na sociedade ou se, ao contrário, as relações de poder são expressões da cultura. Se essas estão, de fato, entre as indagações iniciais feitas pelo próprio Wolf, os seus esforços no sentido de compreender essas relações denotam a sua preocupação em trazer a lógica cultural para o âmbito das relações de poder, não com a finalidade de tornar a cultura completamente derivativa do poder, mas como tentativa de demarcar as conexões e os constrangimentos que unem as várias dimensões das relações de poder na sociedade aos parâmetros culturais que estão embutidos na arena social (Yengoyan 2001: xii).

Universalismo e humanismo

Com a crescente diferenciação do *métier* de antropólogo, visões abrangentes como as de Eric R. Wolf são cada vez mais raras. Sua perspectiva é clássica. Nela, as relações sociais são tidas como recursos de sobrevivência, “uma espécie de seguro de vida de longo prazo” (2001c [1957]: 158). Para ele, toda forma social e cultural é contingente, pois poderia, a princípio, ter qualquer conteúdo não fosse o fato de por trás de qualquer uma delas existir uma história. Além disso, em Wolf a cultura também é vista como elemento plástico que permite incontáveis adaptações a múltiplas situações sociais e ecológicas cambiantes. Assim, a humanidade evita os malefícios de uma especialização estreita que fatalmente teria repercussões negativas para sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, a visão da diversidade cultural que Wolf advoga, mesmo que em determinados momentos, como em “Specific Aspects of Plantation Systems in the New World” [Aspectos Específicos dos Sistemas de Plantações no Novo Mundo] (2001d [1959]), tenha sido marcada por uma leitura, inspirada na biologia, das “adaptações especializadas e genera-

lizadas”, não se restringe ao reconhecimento de uma diversidade cultural intergrupos, mas a reconhece também intragrupos:

parece-me que erramos quando atribuímos apenas uma cultura a cada grupo humano, ou uma subcultura a cada segmento social, pois, ao fazer isso, supomos implicitamente que cada grupo humano tende à especialização, ao desenvolvimento de um modo único de vida, à exclusão de modos alternativos (2001d [1959]: 224).

O viés clássico da obra de Eric R. Wolf é visível, ainda, por outros ângulos. Um dos seus últimos cursos no programa de doutoramento em antropologia da Universidade da Cidade de Nova Iorque voltou-se para uma exploração da abordagem boasiana dos quatro campos. Ao mesmo tempo, foram claros seu respeito pelas contribuições de antecessores e a continuidade do debate com o conceito de cultura até o seu último livro.

Eric R. Wolf foi um humanista que acreditava no papel que a antropologia podia exercer em um mundo cada vez mais tecnificado, fetichizado e propenso à especialização fragmentária. Em um dos seus primeiros artigos, afirmava que “a marca da antropologia sempre foi sua abordagem holística, um enfoque que é cada vez mais necessário numa era de especialização cada vez maior” (Wolf 2001b [1956]: 136). Em entrevista com Ashraf Ghani, em um contexto onde se evidenciava uma postura crítica à influência do pós-modernismo na antropologia, diria:

Acho que a antropologia deriva sua maior força da tentativa de explicar algo que está lá fora e acontece com as pessoas. Interessa-me muito menos ouvir como as pessoas reagem ao que está acontecendo lá fora, ou procurar o *locus* da explicação em seus próprios umbigos. Acho mesmo que isto é uma forma de escapismo. Há muitas razões para querer escapar do mundo e talvez para não tomá-lo tão seriamente. É também um tipo de diversão e uma forma lúdica que pode ser gozada, mas não é algo sério (Ghani 1987: 358).

Posições como esta revelavam o polemista que não poupou críticas às várias formas de culturalismo e particularismo. É possível que, dos grandes antropólogos contemporâneos, Clifford Geertz tenha sido aquele que recebeu suas críticas mais contundentes, essencialmente por ter se rodeado, no dizer de Wolf, de “um mundo de trivialidades” (Friedman 1987: 112). Para ele, os primeiros trabalhos de Geertz representaram seu melhor momento. Entretanto, para sua decepção, em *Islam Observed*, Geertz efetua “um retorno despercebido a Ruth Benedict” e, em sua carreira, prossegue em direção a “uma espécie de micro-análise de situações particulares, afastando-se de sua visão inicial que eu julgava mais ampla” (Ghani 1987: 359). Wolf ilustra seu argumento com o conhecido artigo sobre a briga de galos em Bália, onde, no seu entendimento, Geertz acaba por voltar-se “mais e mais a vinhetas que nem mesmo correspondem à idéia de uma descrição densa” (Ghani 1987:

359). Essas avaliações críticas são ilustrativas da sua posição, por um lado, anticulturalista, por outro, sempre sensível aos contextos mais amplos. Reafirmando a proeminência paradigmática da economia política, Wolf, ao mesmo tempo que reconhece o “talento inegável” de Clifford Geertz, lamenta sua “involução” e conclui que este “se mantém proposadamente distante da economia política, postulando o ideal de traduzir uma língua ou cultura para outra como seu objetivo principal. Quanto a mim, considero esse somente um passo em uma malha muito mais complexa” (Ghani 1987: 359).

Formado como universalista que acreditava na validade de uma “antropologia mundial”, para ele a “marca de distinção” da disciplina era a de contribuir para o desenvolvimento simultâneo de uma “noção geral do que faz a humanidade possível enquanto um projeto, e o que faz a humanidade existir de um certo modo em diferentes situações”, já que “se não tivermos essa combinação, então, quem precisará de antropologia?” (Ribeiro 1998: 162).

Durante os cinquenta anos que Eric R. Wolf dedicou à vida acadêmica, a erudição e humanismo que perpassaram sua obra foram recorrentemente informados por uma antropologia entendida enquanto “uma tentativa de compreender o que os seres humanos fazem e concebem econômica, política, social, moral, cognitiva e emocionalmente, tudo ao mesmo tempo” (2001j [1988]: 334). Pode-se e deve-se polemizar com a obra de Wolf, mas não há como deixar de concordar com ele que esse objetivo continua a ser “um programa útil e produtivo” (2001j [1988]: 334).

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, Richard N., 1956, “Cultural Components of Central America”, *American Anthropologist*, 59, 881-907.
- , 1966, “Power and Power Domains”, *América Latina*, 9, 3-21.
- ANDERSON, Benedict, 1983, *Imagined Communities: Reflexions on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso.
- BANTON, Michael P. (org.), 1966, *The Social Anthropology of Complex Societies*, ASA, Monograph 2, Londres, Tavistock.
- BENEDICT, Ruth, 1972 [1946], *O Crisântemo e a Espada: Padrões da Cultura Japonesa*, São Paulo, Perspectiva.
- COOPER, Frederic, e Ann Laura STOLER (orgs.), 1997, *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World*, Berkeley, University of California Press.
- CORONIL, Fernando, 1995, “Beyond Occidentalism: Towards Non-Imperial Geohistorical Categories”, *Cultural Anthropology*, 11 (1), 51-87.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), 1987, *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*, São Paulo, Editora Global.
- FRIEDMAN, Jonathan, 1987, “An Interview with Eric Wolf”, *Current Anthropology*, 28, 107-118.
- GARCÍA ACOSTA, Virginia (org.), 2000, *La Diversidad Intelectual: Ángel Palerm, In Memoriam*, México, CIESAS.
- GHANI, Ashraf, 1987, “A Conversation with Eric Wolf”, *American Anthropologist*, 14, 346-366.
- , 1995, “Writing a History of Power: an Examination of Eric Wolf’s Anthropological Quest”, SCHNEIDER, Jane, e Rayna RAPP (orgs.), *Articulating Hidden Histories: Exploring the Influence of Eric R. Wolf*, Berkeley, University of California Press, 31-50.
- LEACOCK, Eleanor, 1982, “Marxism and Anthropology”, OLLMAN, Bernard, e E. VERNOFF (orgs.), *The Left Academy*, Nova Iorque, McGraw-Hill.

- LESSER, Alexander, 1933, *The Pawnee Ghost Dance Hand Game: a Study of Cultural Change*, Columbia University Contributions to Anthropology 16, Nova Iorque, Columbia University Press.
- , 1961, "Social Fields and the Evolution of Society", *Southwestern Journal of Anthropology*, 17, 40-48.
- LOWIE, Robert H., 1937, *The History of Ethnological Theory*, Nova Iorque, Rinehart.
- MEAD, Margaret, 1953, "National Character", KROEBER, A. L. (org.), *Anthropology Today*, Chicago, Chicago University Press, 642-667.
- METRAUX, Rhoda, 1980, "The Study of Culture at a Distance: a Prototype", *American Anthropologist*, 82 (2), 362-373.
- MINTZ, Sidney W., 1951, *Cañamelar: the Contemporary Culture of a Rural Puerto Rican Proletariat*, Nova Iorque, Columbia University, tese de doutoramento.
- , 1953, "The Folk-Urban Continuum", *American Sociological Review*, 59, 136-143.
- , 1985, *Sweetness and Power*, Nova Iorque, Penguin.
- MURPHY, Robert F. (org.), 1976, *Selected Papers from the American Anthropologist: 1946-1970*, Washington, American Anthropological Association.
- , 1990, "The Dialectics of Deeds and Words: or the Anti, the Antis and the Antis-Antis", *Cultural Anthropologist*, 5 (3), 331-337.
- NADEL, Siegfried F., 1987 [1956], "Compreendendo os Povos Primitivos", FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*, São Paulo, Editora Global, 49-71.
- NEIBURG, Federico, e Márcio GOLDMAN, 1998, "Anthropology and Politics in Studies of National Character", *Cultural Anthropologist*, 13 (1), 56-81.
- PALERM, Ángel, e Eric R. WOLF, 1972, *Agricultura y Civilización en Mesoamérica*, México, SEP Setentas.
- REDFIELD, Robert, 1941, *The Folk Culture of Yucatan*, Chicago, University of Chicago Press.
- RIBEIRO, Gustavo Lins, 1985, "Para uma Antropologia Mundial: Eric Wolf e os 'Povos sem História'", *Anuário Antropológico* 83, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 257-269.
- , 1998, "Cultura, Ideologia, Poder e o Futuro da Antropologia: Conversando com Eric R. Wolf", *Mana*, (4) 1, 153-163.
- ROSEBERRY, William, 1978, "Historical Materialism and the People of Puerto Rico", *Revista/Review Interamericana*, 8, 26-36.
- , 1995, "The Cultural History of Peasantries", SCHNEIDER, Jane, e Rayna RAPP (orgs.), *Articulating Hidden Histories: Exploring the Influence of Eric Wolf*, Berkeley, University of California Press, 51-66.
- SAHLINS, Marshall, 1976, *Cultura e Razão Prática*, Rio de Janeiro, Zahar.
- , 2000, *Culture in Practice: Selected Essays*, Nova Iorque, Zone Books.
- SCHNEIDER, Jane, 1995, "The Analytical Strategies of Eric Wolf", SCHNEIDER, Jane, e Rayna RAPP (orgs.), *Articulating Hidden Histories: Exploring the Influence of Eric Wolf*, Berkeley, University of California Press, 3-30.
- SCHWARCZ, Marc J. (org.), 1967, *Local-Level Politics: Social and Cultural Perspectives*, Chicago, Aldine.
- SCHWARCZ, Marc J., Victor W. TURNER, e Arthur TUDEN (orgs.), 1966, *Political Anthropology*, Chicago, Aldine.
- SILVERMAN, Sydel, 1981, *Totems and Teachers: Perspectives on the History of Anthropology*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- STEWART, Julian, 1955, *Theory of Culture Change: The Methodology of Multilinear Evolution*, Urbana, University of Illinois Press.
- STEWART, Julian H., Robert A. MANNERS, Eric R. WOLF, Elena Padilla SEDA, Sidney W. MINTZ, e Raymond L. SCHEELE, 1956, *The People of Puerto Rico: a Study on Social Anthropology*, Urbana, University of Illinois.
- VINCENT, Joan, 1990, *Anthropology and Politics: Visions, Traditions and Trends*, Tucson e Londres, University of Arizona Press.
- WAGLEY, Charles, e Marvin HARRIS, 1955, "A Typology of Latin American Subcultures", *American Anthropologist*, 57, 428-451.
- WALLACE, Anthony F. C., 1970, *Culture and Personality*, 2.^a edição, Nova Iorque, Random House.
- WALLERSTEIN, Immanuel, 1974, *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, Nova Iorque, Academic Press.
- WITTFOGEL, Karl A., 1957, *Oriental Despotism: a Comparative Study of Social Power*, New Haven, Yale University Press.
- WOLF, Eric R., 1953, "La Formación de la Nación: un Ensayo de Formulación", *Ciencias Sociales*, 4, 50-62.
- , 1958, "The Virgin of Guadalupe: a Mexican National Symbol", *Journal of American Folklore*, 71, 34-39.

- , 1964, *Anthropology: Humanistic Scholarship in America*, The Princeton Studies, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall.
- , 1965, “Intellectuels Américains contre la Guerre du Vietnam”, *Les Temps Modernes*, 235, 1093-1109.
- , 1966, *Peasants*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall (edição em português: 1970, *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar).
- , 1969, *Peasant Wars of the Twentieth Century*, Nova Iorque, Harper and Row.
- , 1973 [1959], *Sons of the Shaking Earth*, Chicago, University of Chicago Press.
- , 1977, “Encounter with Norbert Elias”, GLEICHMANN, Peter R. e outros (orgs.), *Human Figurations: Essays for Norbert Elias*, Amsterdã, Amsterdam Sociologisch Tijdschrift, 28-35.
- , 1980, “They Divide and Subdivide, and Call it Anthropology”, *The New York Times*, 30 de novembro, SE, 9.
- , 1981, “Obituary: Angel Palerm Vich”, *American Anthropologist*, 83, 612-615.
- , 1982, *Europe and the People without History*, Berkeley, University of California Press.
- , 1986, “Cultura e Ideología: un Ensayo Dedicado a Ángel Palerm”, GLANTZ, Susana (org.), *La Heterodoxia Recuperada: en Torno a Ángel Palerm*, Fondo de Cultura Económica, México, DF, 582-596.
- , 1988, “Ethnicity and Nationhood”, *Journal of Ethnic Studies*, 21, 27-33.
- , 1998, “Presentación”, PALERM, Ángel, *Antropología y Marxismo*, México, CIESAS, 2.ª edição.
- , 1999, *Envisioning Power: Ideologies of Dominance and Crisis*, Berkeley, University of California Press.
- , 2001a [1955], “Types of Latin American Peasantry: a Preliminary Discussion”, *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, 193-214 (edição original: *American Anthropologist*, 57, 452-471).
- , 2001b [1956], “Aspects of Groups Relations in Complex Societies: Mexico”, *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, 124-138 (edição original: *American Anthropologist*, 58, 1965-1078).
- , 2001c [1957], “Closed Corporate Peasant Communities in Mesoamerica and Central Java”, *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, 147-159 (edição original: *Southwestern Journal of Anthropology*, 13, 1-18).
- , 2001d [1959], “Specific Aspects of Plantation Systems in the New World: Community Subcultures and Social Class”, *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, 215-229 (edição original: *Plantation Systems of the New World: Papers and Discussion Summaries*, Social Science Monograph 7, Washington, DC, Pan American Union, 136-146).
- , 2001e [1966], “Kinship, Friendship and Patron-Client Relations in Complex Societies”, *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, 166-183 (edição original: BANTON, Michael (org.), *The Social Anthropology of Complex Societies*, ASA Monograph 4, Londres, Tavistock).
- , 2001f [1969], “American Anthropologists and American Society”, *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, 13-22 (edição original: TYLER, Stephen A. (org.), *Concepts and Assumptions in Contemporary Anthropology*, Athens, University of Georgia Press, 3-11).
- , 2001g [1981], “The Mills of Inequality: a Marxian Approach”, *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, 335-352 (edição original: BERREMAN, Gerald D. (org.), *Social Inequality*, Nova Iorque, Academic Press).
- , 2001h [1984], “Culture: Panacea or Problem?”, *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, 307-319 (edição original: *American Antiquity*, 49, 393-400).
- , 2001i [1986], “The Vicissitudes of the Closed Corporate Peasant Community”, *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, 160-165 (edição original: *American Ethnologist*, 13, 325-329).
- , 2001j [1988], “Inventing Society”, *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, 320-324 (edição original: *American Ethnologist*, 15, 752-761).
- , 2001k [1990], “Facing Power: Old Insights, New Questions”, *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, 383-397 (edição original: *American Anthropologist*, 92, 586-596).
- , 2001l, *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press.

- , 2001m, "Peasant Nationalism in an Alpine Valley", *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, 289-304.
- WOLF, Eric R., e John W. COLE, 1974, *The Hidden Frontier: Ecology and Ethnicity in an Alpine Valley*, Nova Iorque, Academic Press.
- WOLF, Eric R., e Joseph G. JORGENSEN, 1975, "L'Anthropologie sur le Sentier de la Guerre en Thaïlande", COPANS, Jean (org.), *Anthropologie et Impérialisme*, Paris, Librairie François Maspero, 61-93.
- WOLF, Eric R., e Sidney W. MINTZ, 1957, "Haciendas and Plantations in Middle America and the Antilles", *Social and Economic Studies*, 6, 80-412.
- YENGOYAN, Aram A., 2001, "Foreword: Culture and Power in the Writings of Eric Wolf", WOLF, Eric R., *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, viii-xviii.

Gustavo Lins Ribeiro
Bela Feldman-Bianco

ANTHROPOLOGY AND POWER: ERIC WOLF'S CONTRIBUTIONS

This essay examines Eric Wolf's (1923-1999) intellectual trajectory against the background of the history of American Anthropology during the second half of the Twentieth century. Exponent of a lineage of leftist anthropologists, Wolf took upon himself the challenge of revealing the intersections among culture, power and political economy. By way of combining historical and comparative perspectives with a deep humanism, his groundbreaking research in Puerto Rico, Mexico and Europe made way for an understanding of the complexities underlying rural life, nation-state formation, nationalism, ethnicity and the world capitalist system. While focusing initially on the so-called "complex societies", in the 1970's, inspired by his activism against the Vietnam War, he turned to the analysis of the genesis and spread of forces in the world-system. With his consistent intellectual work, Wolf sought to reformulate Marxism through Anthropology and Anthropology through Marxism.

Universidade de Brasília, Brasil
gustavor@unb.br
Universidade de Campinas, Brasil
bfb@uol.com.br

